



ANO NOVO, METAS NOVAS

Aprenda a gerenciar suas metas para 2013 e conheça servidores que contaram com a ajuda do Tribunal para atingir objetivos pessoais e profissionais



PRORROGAÇÃO

Mutirão Judiciário em Dia é prorrogado até julho de 2013



ESPECIAL

Construção em área de preservação ambiental está sujeita à demolição

@TRF da 1.ª Região também está presente nas redes sociais



A Assessoria de Comunicação (Ascom) disponibiliza, na página do órgão no Facebook, as principais notícias sobre a Justiça Federal da 1.ª Região.

Desde agosto de 2012, quando foi aberta ao público juntamente com o novo portal do TRF, a página do Tribunal obteve cerca de 2.900 acessos e 1.500 opções “Curtir”.

Ela é visitada por pessoas de todo o Brasil e do exterior (cerca de 130 países).

Essa é mais uma opção de acesso à informação oferecida pelo TRF da 1.ª Região ao jurisdicionado, abrindo a possibilidade de interação com os públicos interno e externo.



Entre e curta essa ideia!
www.facebook.com/ascomtrf1

Ao leitor

Esta edição da Primeira Região em Revista reúne os principais acontecimentos que foram notícia e marcaram os meses de dezembro/2012 e janeiro/2013 no TRF e nas seções judiciárias da Primeira Região. O ano novo chegou convidando a novos desafios, trazendo consigo a esperança de mudanças para melhor, tanto na nossa vida pessoal como na profissional. É o momento de renovar projetos, estipular novos planos e traçar metas para os próximos doze meses ou para além deles. E a pausa regimental proporcionada pelo recesso judiciário é sempre uma oportunidade a mais para a reflexão. Mas como abrir espaço para o novo em nossas vidas? Por meio de projetos, sonhos e intenções. Nesse contexto, a reportagem de capa desta edição apresenta uma proposta inédita para a maioria das pessoas: colocar detalhadamente as metas de Ano Novo no papel e acompanhar cada uma delas até sua realização. O repórter Ricardo Cassiano ouviu especialistas e servidores para mostrar que, com a aplicação de um método consagrado entre os gurus da Administração, é possível atingir os objetivos propostos com mais eficiência, e afastar o risco da frustração. Você também verá a história de servidores que aplicaram – e ainda aplicam – conhecimentos obtidos em programas do Tribunal para transformar seus propósitos em realidade. Então, prepare-se! Papel e caneta na mão e boa sorte no cumprimento de suas metas.

E como 2013 promete, acompanhe os investimentos da Administração do Tribunal na área de estatística para facilitar a vida de quem se utiliza dos números, em sua rotina de trabalho, numa esclarecedora entrevista com o diretor da Divisão de Estatística, Sérgio Carlos Três e Silva.

E tem muito mais assunto interessante em nossa revista, como a cobertura completa dos festejos de final de ano, as novidades para servidores aposentados e a instalação de mais duas novas varas federais na Primeira Região, uma em Viçosa, no interior de Minas Gerais, e outra, em Cáceres, no interior do estado de Mato Grosso.

Vale conferir.

Boa leitura.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

MÁRIO CÉSAR RIBEIRO - Presidente
DANIEL PAES RIBEIRO - Vice-Presidente
CARLOS OLAVO - Corregedor Regional

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
TOLENTINO AMARAL
CÂNDIDO RIBEIRO
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA

Diretor-geral da Secretaria:

Roberto Elias Cavalcante

Secretário-geral da Presidência:

Paulo Cardoso de Oliveira

Conselho Editorial:

Secretário-geral – Paulo Cardoso de Oliveira
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Imprensa – Martha Hormann
Assistente Técnico VI – Mara Bessa

Editores-Chefe

Ivani Morais

Editores-Executivos

Marcela Correia

Redatores

Claudia Bernal (Reg. Prof. DF 8222198), Euvaldo Pinho, Gildete Silva, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Thainá Salvato (Reg. Prof. DF 7686) e Vera Carpes

Estagiários

Bruno Bandeira, Luiza Novetti e Rhayne Ravanne

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Mara Bessa e Lúcia de Souza

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Mauro Putini, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Total Gráfica e Editora Ltda.

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br

INTERNET



ANO NOVO, METAS NOVAS

Aprenda a gerenciar suas metas para 2013
e conheça servidores que contaram com
a ajuda do Tribunal para atingir objetivos
pessoais e profissionais

12 | Capa

Saiba como desenhar suas metas de Ano Novo e
tenha sucesso em 2013

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse



Portal do
TRF1

Portal do TRF1



Consulta
Processual

Consulta processual da Primeira Região



e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



e-Proc

Sistema de Petição Eletrônica

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional
Federal da Primeira Região, Assessoria de
Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)-
- Brasília : TRF-1ª Região, 2010-
v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional
Federal da Primeira Região, Assessoria de
Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



LEONARDO COSTA

40 Paineis

Inaugurada Subseção
Judiciária de Viçosa/MG



EDUARDO PINHO

64 Por aí

Marseille: beleza e
elegância unidas pela
história



STOCK.XCHING

68 Saúde

Dança de salão para
modelar a silhueta e
combater o estresse

6 Entrevista

Diretor da Divisão de Estatística (Diest) do TRF, Sérgio Carlos Três e Silva, fala das novas ferramentas em implementação na Primeira Região que garantirão mais fidedignidade na elaboração de relatórios oficiais de dados

38 Reconhecimento

TRF ganha prêmio Conciliar é Legal

46 Interiorização

Subseção de Cáceres/MT ganha 2ª Vara Federal

56 Artigo

Valorosos auxiliares da Justiça brasileira
*Por Silva Meneses, juiz federal

58 Panorama Primeira Região

Um giro pelas decisões judiciais das seções e subseções judiciárias



RAMON PEREIRA

Diretor de Estatística do TRF da 1.ª Região, Sérgio Carlos Trés e Silva, fala dos desafios enfrentados pela área e as alternativas para sanar as divergências encontradas no sistema da Justiça Federal da Primeira Região

▼ MARCELA CORREIA/THAINÁ SALVIATO

Os dados estatísticos auxiliam a tomada de decisões por parte dos dirigentes do TRF da 1.ª Região, como a avaliação da melhor localidade para criação de novas varas federais ou a forma de redistribuição de processos. São importantes ainda para a dotação orçamentária do Tribunal, pois a Secretaria de Orçamento Federal considera os relatórios oficiais para estimar as necessidades financeiras de cada órgão.

O diretor da Divisão de Estatística (Diest), Sérgio Carlos Trés e Silva, concorda e fala sobre as divergências entre dados apresentados por relatórios oficiais, como o Justiça em Números e o Transparência em Números, e os dados estatísticos registrados nos sistemas da Primeira Região. O tema, entre outros, foi discutido pela alta Administração do TRF durante reunião realizada no dia 29 de janeiro.

Com a missão de apresentar alternativas para reverter o quadro, a equipe da Diest, segundo Sérgio, vem desenvolvendo trabalho voltado para a eliminação de problemas na transmissão de dados, para aumentar a velocidade de processamento local de informações e, principalmente, garantir a integridade das informações. Uma das soluções é a criação de uma nova base de dados unificada que, segundo ele, permitirá a extração de números estatísticos com mais segurança e rapidez. A ferramenta utilizada para esse procedimento será a do *Business Intelligence* (BI).

Sérgio destaca que a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) irá destinar um servidor (máquina) exclusivo para o processamento de dados da estatística. Ele garante que, com isso, os usuários, inclusive de outras unidades da Federação, poderão extrair dados estatísticos não disponíveis no Sistema Juris ou Processual e que, por meio do BI, terão menos tempo de espera até o recebimento do arquivo solicitado. Uma das vantagens, segundo Sérgio, é que esse novo mecanismo irá conferir maior independência aos usuários, que não precisarão mais recorrer à Diest para obter relatórios.

As melhorias a serem implementadas pela Diest permitirão que os dados estatísticos do TRF da 1.ª Região sejam disponibilizados ao público externo, órgãos e cidadãos com mais celeridade, mantendo, ainda, as informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Tribunal sempre atualizadas. Em entrevista à Primeira Região em Revista, Sérgio Carlos Trés e Silva explica as causas das divergências entre os dados estatísticos do Tribunal e dos relatórios oficiais e detalha as soluções para garantir a integridade das informações.

Qual a importância dos dados estatísticos para uma instituição pública e o que eles podem revelar sobre a imagem deste órgão?

Internamente, os dados estatísticos são um instrumento de gestão institucional e permitem a aferição de diversos indicadores: produtividade, volume de processos em tramitação no Tribunal, classes de processos mais frequentes, partes com maior volume de processos, estoque e congestionamento de processos e dezenas de outras informações relevantes.

Esses dados auxiliam decisões críticas das autoridades do Tribunal, como, por exemplo, a avaliação da melhor localidade para a criação de novas varas, a avaliação da necessidade ou não da redistribuição de processos e análise comparativa de tabelas de dados de produtividade para a promoção de juízes.

Externamente, os dados estatísticos do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região são apresentados em inúmeros e complementares formatos: Justiça Aberta, Justiça em Números, Transparência em Números, Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Indicadores de Desempenho do Conselho da Justiça Federal (CJF), dados do Mutirão Judiciário, da Conciliação, etc.

Esses dados apresentam um retrato do TRF1. Servem para prestar contas aos cidadãos e dar transparência aos trabalhos que são realizados. Permitem também que sejam realizadas análises comparativas com outros tribunais, sempre que utilizados os mesmos indicadores.

Quando esses dados encontram-se inconsistentes, inúmeros problemas podem surgir, pois eles fundamentam estudos públicos e privados sobre o Poder Judiciário e podem prejudicar não apenas a imagem pública do TRF1: quando ele é comparado aos demais tribunais da Justiça Federal,

pode ser colocado indevidamente em posição de inferioridade relativa conforme os indicadores apresentados, pois esses se baseiam em dados errados/nulos.

Por exemplo, se o número de magistrados do Tribunal é informado em um quantitativo superior ao real no *site* do CNJ, isto resultará em uma queda artificial de sua produtividade real, quando este dado for comparado ao número de processos julgados em um determinado período.

Ademais, a depender de quais dados deixam de ser informados a tempo ou quais o são de forma equivocada, pode o TRF1 até sofrer redução nos recursos orçamentários inicialmente destinados ao tribunal, a cada ano, pois se deixa de comprovar necessidades reais e não se consegue justificar as receitas solicitadas.

Um exemplo disto seria a divulgação do número de servidores e seus dependentes legais em números inferiores aos reais, o que acarreta automaticamente redução dos recursos orçamentários destinados à concessão de auxílio-alimentação e também dos recursos destinados à área de saúde, pois ambos variam diretamente conforme a quantidade per capita cadastrada de usuários.

Como diretor da Divisão de Estatística do Tribunal, que análise você faz do sistema de estatística atual utilizado pelo TRF da Primeira Região?

Desde o final do ano passado, por determinação do diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Roberto Petrucci, foi realizada a duplicação de todas essas bases de dados "locais" em uma única base, a de estatística. Esta nova base "unificada" replica e atualiza diariamente as informações de cada estado, até a véspera.

Esta nova base de dados já foi validada durante o recenseio de 2012 e está recebendo ajustes finais para melhorar o desempenho de acesso aos dados. Os novos relatórios da área de estatística já estão sendo desenvolvidos para utilizar este novo ambiente.

O fato de haver uma base unificada para a extração de dados estatísticos apresenta diversas vantagens: eliminação dos eventuais problemas de transmissão dos dados, aumento na velocidade de processamento local das informações, e, principalmente, garantia da integridade dos dados, que passarão a ficar sempre com os mesmos números, por serem provenientes da mesma origem.

A Diest, desde o final de 2012, vem trabalhando com foco em dois grandes objetivos estratégicos: corrigir os



Os dados estatísticos representam um retrato do TRF1 e servem para prestar contas aos cidadãos, dando mais transparência aos trabalhos realizados



dados errados em bases externas, especialmente no CNJ e CJF, e, concomitantemente, trabalhar para providenciar a disponibilização de alguns relatórios críticos para os usuários, de forma que possam ter mais independência na gestão de suas atividades.

Atualmente, por diversas situações, inúmeros usuários são obrigados a demandar da Divisão de Estatística (Diest) alguns relatórios periódicos, com seus próprios dados. O correto seria que não demandassem, mas sim que pudessem extrair diretamente os dados que necessitam, sempre que necessário (diariamente, mensalmente).

A plataforma definida a ser utilizada será a do *Business Intelligence* – BI. Esta ferramenta foi adquirida pelo TRF1 em 2007 e veio sendo desenvolvida ao longo deste tempo para entrar em funcionamento.

No ritmo atual de trabalho, relatórios organizando e extraindo dados oriundos do sistema Juris estarão disponíveis até o fim de fevereiro. Em um segundo momento, provavelmente no primeiro semestre de 2013, também estarão disponíveis relatórios com informações do sistema Processual.

Recentemente foram apontadas diferenças entre os dados dos relatórios do TRF/1.ª Região e os do Conselho Nacional de Justiça. A que se devem essas divergências nas informações?

Inconsistências de dados podem ser e são oriundas de diversas fontes, desde um banal erro de digitação à impossibilidade de extração dos dados determinados por quem os solicita.

Muitas vezes as áreas responsáveis pela extração dos respectivos dados estão sobrecarregadas pelo excesso de atividades ou pela carência de recursos humanos, o que pode resultar em pressa para extrair o dado requerido e encaminhá-lo meramente para “dar baixa na pendência”. Ou simplesmente não fazê-lo, imaginando-se que são apenas alguns dados a mais para serem enviados a algum lugar.

Com isso, nem sempre é possível a criteriosa e tempestiva conferência das informações das unidades técnicas antes do encaminhamento às unidades estratégicas demandantes que, por sua vez, podem não dispor do conhecimento técnico ou do tempo hábil necessário para saber se os dados enviados apresentam ou não inconsistências.

Soma-se a essas dificuldades a ausência eventual de um sistema informatizado que extraia estes dados mensal-



RAMON PEREIRA

mente, de forma automática. Desta maneira, em algumas unidades, esta tarefa acaba sendo absorvida por uma única pessoa que, quando ausente, impede a coleta dos dados, caso a rotina não esteja devidamente documentada para os demais.

Desde o final de 2012, o Cenag vem coordenando um esforço para integrar todas as áreas envolvidas na extração dos dados que precisam ser enviados a órgãos externos, em especial ao CNJ e ao CJF. Será disponibilizado um arquivo compartilhado para que as unidades façam mensalmente a inclusão dos dados que sejam relevantes para os relatórios de Gestão do TRF1.

Está também sendo providenciada a regulamentação dessas atividades de coleta e alimentação dos dados a serem enviados a órgãos externos, atribuindo-se as respectivas responsabilidades às diversas unidades técnicas, conforme o tipo dos dados a serem extraídos.

Desta maneira, além de evitar que o TRF1 perca os prazos legais de prestação das informações, busca-se evitar que dados errados venham a ser inseridos equivocadamente nas bases do CNJ e CJF, bem como que se eliminem ao máximo os dados “em branco” nos relatórios.

A extensão continental da Primeira Região favorece as eventuais distorções e falhas no cruzamento de dados, já que estamos falando de números oficiais?

Não. As dimensões continentais da jurisdição do TRF1 representam apenas um desafio adicional. Atualmente, cada Estado da Federação dispõe de sua própria base local de dados, alimentada principalmente pelo sistema Processual, do 1.º Grau. Em Brasília, temos também os dados do sistema Juris, do 2.º Grau.

Na verdade, o principal problema que existia se dava na extração dos dados. A implantação da base unificada é uma solução para garantir que as informações necessárias estejam sempre disponíveis, não mais dependendo de haver ou não um *link* de comunicação com uma seção, por exemplo, para permitir a extração de seus dados.

Até o final de 2012, sempre que surgia a necessidade de extração de dados de juizes, para promoção, por exemplo, a extração e o processamento dos dados, não raro, duravam vários dias até que pudessem ser enfim formatados nos relatórios. Se, antes de o processamento estar finalizado, surgissem problemas de conexão com a base de dados de algum Estado da Federação, o processamento daqueles dados precisava ser reiniciado.

Além disso, como os programas daqui acessavam as bases nos Estados, havia também queda de desempenho nos computadores daqueles locais, que ficavam sobrecarregados com a necessidade de processamento adicional. Para piorar, havia também maior congestionamento de dados nas linhas de transmissão e maior tempo de espera na internet daqueles locais.

A partir de agora, todos esses dados estão disponíveis para processamento em um único local.

Como melhoria adicional, a Secin irá também destinar um servidor corporativo (máquina) exclusivo para processamento dos dados da estatística. Com isso, quando os usuários, inclusive de outras Unidades da Federação, necessitarem extrair dados estatísticos não disponíveis nos Sistemas Juris ou Processual, por meio do BI terão menor tempo de espera até o recebimento do arquivo solicitado.

Que medidas a Administração pretende adotar para sanar a questão e garantir a fidelidade das informações em toda a Primeira Região?

Atualmente, mesmo com a implantação da base unificada da estatística, ainda é preciso realizar a consolidação das informações, a cada mês, por meio de carga de dados em sistema próprio da Diest, de forma a disponibilizar posteriormente os dados estatísticos para quem deles necessite.

Este sistema da Diest alimenta diversas fontes de dados, inclusive o Transparência em Números. Como seus relatórios não existem nos Sistemas Juris e Processual, ele vira um “intermediário” no processamento dos dados e pode passar a ser, eventualmente, um fator de divergência de qual a informação correta a ser informada.

O que ocorre é que esta consolidação “congela” dados dos sistemas Juris e Processual, que são dinâmicos, em uma data específica. Assim, quando o próprio usuário extrai um relatório de seu sistema, a depender da data em que a extração é realizada, os dados que ele observa podem divergir dos dados informados pela Diest, o que gera inúmeras confusões.

No momento, são observadas datas de fechamento nos relatórios estatísticos dos sistemas. Ou seja, dentro do próprio mês, os dados permanecem atualizados dinamicamente: a cada dia, os dados são alterados conforme os lançamentos e estornos são realizados.

Para os meses anteriores, os relatórios observam a data do fechamento estatístico cadastrada. Com isso, somente até o 5.º dia de cada mês os lançamentos que se referiram ao mês anterior serão processados. Passada esta data, os ajustes são desprezados para fins estatísticos, gerando estabilidade (integridade) nos dados, que passam a exibir sempre as mesmas informações, qualquer que seja a fonte de sua extração.

Até o final do 1.º semestre de 2013 há a expectativa de eliminação progressiva deste sistema, que será transformado em relatórios para os usuários, no ambiente do BI. Tão logo isto ocorra, obteremos economia de recursos do TRF1 com eliminação da necessidade de cargas de dados, maior celeridade na disponibilização das informações mensais consolidadas aos usuários, redução do volume de trabalho mecânico da Diest e eliminação de uma fonte potencial de divergência de dados.

Outra questão importante trata da consolidação das tabelas de partes dos sistemas Processual e, especialmente, Juris, o que permitirá a eliminação da multiplicidade de registros redundantes e a extração dos dados com maior celeridade e muito maior precisão.



RAMON PEREIRA

No momento, quando é necessária a geração de um relatório estatístico a partir do nome das partes há um enorme esforço para que os dados sejam fidedignos. Para isto, a única opção mais segura é extrair uma planilha com todos os dados que contenham letras das partes e analisar, linha a linha.

A título de exemplo, recentemente foram conferidas pela Diest 850.038 linhas com nomes de partes para se identificar 7.820 que tratavam de assuntos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A parte "Fazenda Nacional", escrita exatamente dessa forma, está cadastrada 3.241 vezes. Para cada nome igual, constam códigos diferentes, como se fossem partes distintas.

Assim, o tempo de processamento das informações aumenta imensamente, e a possibilidade de erros no relatório extraído aumenta na mesma direção, tendo em vista alterações de grafia no cadastramento do processo: "Fazenda Nac.", "Fazenda Nacional", "Fazena Nacional", "Faz. Nac.", "Fa.zenda Nacional", "Fazenda Nacional", e centenas de outras possibilidades.

Uma medida de simples aplicação para solução deste problema seria tornar obrigatória a utilização do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF / Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Com isso, ter-se-ia sempre a informação correta, associada a uma única parte.

Alguns benefícios indiretos adviriam desta medida: dar cidadania a quem ainda não tenha emitido seu CPF, facilitar o processamento e pagamento de requisições de pequeno valor (RPVs) e até um controle mais efetivo das prevenções.

Já houve a determinação do diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante, para que sejam adotadas as providências necessárias a partir do dia 30/01/2013, data em que foi realizado um encontro com desembargadores, juízes auxiliares, gestores estratégicos e secretários para tratar da estatística da Justiça Federal da Primeira Região.

Durante o encontro foram apresentados alguns relatórios estatísticos oficiais exigidos do Tribunal e algumas de suas inconsistências.

Adotadas essas medidas, o Tribunal pretende corrigir os dados que já foram divulgados e publicados? De que forma?

Uma das grandes preocupações do desembargador federal Mário César Ribeiro, presidente do TRF1, tem sido a de garantir a divulgação de informações fidedignas do Tribunal, onde quer que elas estejam, e retificar as que apresentem inconsistências.

Seguindo este alinhamento estratégico, o diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante, já havia determinado no ano passado que todos os dados do TRF1 junto ao CNJ fossem verificados, desde o ano de 2009, a partir do momento em que se tomou conhecimento que diversas informações estavam sendo publicadas "com erros".

A pedido do TRF1 no final do ano de 2012, o CNJ enviou arquivo com todas as informações do Tribunal em suas bases, do ano de 2009 a 2012, separando-os por semestre. Há a previsão de que este trabalho esteja finalizado ainda em fevereiro/2013, sob a coordenação de Bárdua Tupy Vieira Fonseca, diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag).

Finalizadas as conferências das diversas áreas, serão enviados ao CNJ apenas os dados que precisem ser retificados.

Estudos que já foram divulgados e publicados não podem ser alterados. Dessa maneira, o que se pode fazer é corrigir as bases históricas, de forma a permitir que os dados que venham a ser extraídos no futuro, para quaisquer estudos comparativos, se apresentem consistentes e reais.

Quais serão os ganhos que as novas ferramentas e soluções trarão para o trabalho da Justiça Federal da Primeira Região?

Muito trabalho ainda resta a ser feito para que se possa atender de forma adequada e célere os usuários/cidadãos. Com a base unificada da estatística e a implementação do BI como ferramenta futura de extração de dados, todos têm muito a ganhar. A flexibilidade de criação e facilidade de manutenção destes relatórios é muito grande.

Neste momento inicial estamos validando dados apenas do sistema Juris. Quando os dados do sistema Processual também já estiverem disponíveis para uso, diversos relatórios de consolidação, hoje de uso exclusivo da Diest, poderão ser colocados à disposição.

Com isso, espera-se que os usuários passem a ter maior independência no atendimento de suas necessidades, não tendo mais que recorrer à Diest quando precisarem de dados rotineiros. Dessa maneira, o tempo de atendimento das demandas será bastante reduzido e muitos processos de trabalho (mandar e-mail, abrir chamado, ligar) poderão ser eliminados.

Essas novas soluções permitirão também que os dados do TRF1 possam ser disponibilizados ao público externo, órgãos e cidadãos com muito maior celeridade, mantendo-se as informações do Tribunal sempre atualizadas no portal. ■

Ano novo, metas novas

A VIRADA DO CALENDÁRIO TRAZ À TONA AS TRADICIONAIS RESOLUÇÕES DE ANO NOVO. ALÉM DE ESTIMULANTES, AS METAS PODEM DAR UM NOVO RUMO À VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL, MAS PRECISAM ESTAR BEM DELINEADAS NO PAPEL

RICARDO CASSIANO

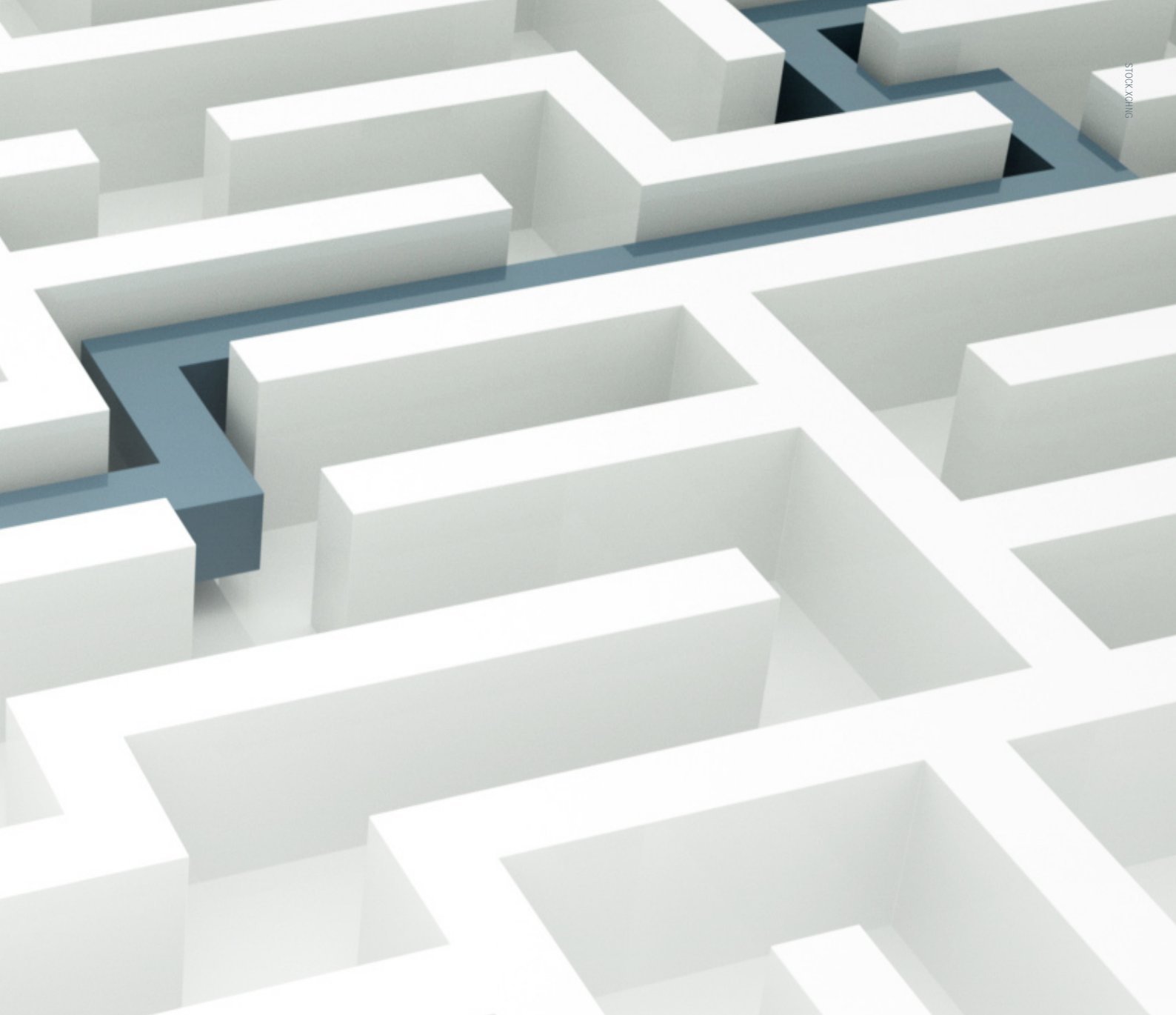
Em um daqueles momentos de reflexão típica dos gênios da literatura, Carlos Drummond de Andrade captou uma grande verdade que passa incólume por quase todos nós durante a vida. Percebeu que a ideia de fatiar o tempo em anos foi genial. Isso “industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão”, escreveu. O fim do ciclo pode, sim, representar um ópio para quem está desfalecido e a renovação da “vontade de acreditar que daqui pra diante vai ser diferente”. É um novo ponto de partida; hora de desenhar novas resoluções e abrir-se para uma fase melhor na vida pessoal e profissional. Mas a vontade de mudar, por si, não resolve nada.

Para transformar os anseios em “vida nova” é preciso buscar um norte. Saber por onde se está indo e

aonde se quer chegar. Estipular metas é fundamental. E entender como fazê-las acontecer, também. “Em todas as coisas o sucesso depende de uma preparação prévia”, já dizia o filósofo chinês Confúcio. Quando a última página do calendário de 2012 foi arrancada, o técnico judiciário Arquimedes*, 46, lotado em gabinete no TRF da 1.ª Região, sabia exatamente o que mais queria em 2013: abandonar, de vez, o cigarro. O vício começou há muito tempo, numa época em que fumar era sinônimo de status. “Você era visto de uma forma diferenciada quando fumava”, comenta o servidor, referindo-se às influências do cinema e da TV nos anos 80.



*nome fictício usado para preservar a identidade do servidor



Hoje, o cenário é outro. As campanhas e programas de governo contra o tabaco refletem uma sociedade menos tolerante às consequências do fumo à saúde. E Arquimedes sabe bem disto. “Eu sinto uma certa repreensão da sociedade. Imagine um ambiente com dez pessoas e só você fumando”, indaga. Acostumado a consumir mais de dez cigarros por dia, o técnico resolveu colocar um basta, após passar pelo programa *Parar de Fumar é Possível*, oferecido pelas divisões de Assistência à Saúde (Diasa) e de Saúde Ocupacional (Disao) do Tribunal. Durante o curso, realizado em 2011, percebeu ser capaz de controlar o vício, tomou a medicação prescrita pela equipe de saúde e chegou a ignorar o tabaco durante dois meses. A maioria dos 17 colegas que participaram do programa

nunca mais colocou um cigarro na boca.

Arquimedes ficou no grupo da minoria. Voltou a fumar, por consequência do excesso de trabalho e de problemas pessoais. “Com as pressões no serviço, pressões na família... tensão, estafa, essas coisas todas, o cigarro acaba funcionando como um acalento”. Mas o vício está com os dias contados. Arquimedes orgulha-se em dizer que pratica diversos esportes, é “bem programado” e tem organização. Quando estipula uma meta, dificilmente não chega lá. O costume de manter uma agenda diária e semanal para atingir os objetivos já o ajudou a obter muitas realizações. Agora, além de parar de fumar, definitivamente, o método será usado para cumprir outra resolução de Ano Novo: a conclusão da tese de mestrado.

Para o especialista em gestão do tempo e produtividade, Alexandre Rodrigues (foto), Arquimedes está no caminho certo. O consultor da Triad PS, empresa paulista que atua no desenvolvimento de pessoas e empresas, afirma ser imprescindível, ao cumprimento da meta, o uso da agenda e um bom planejamento: detalhes que passam despercebidos pela maioria das pessoas que se propõe a realizar algo. “Em nenhum momento da nossa vida nos ensinam, seja na escola, seja em casa, o que é uma meta ou como escrevê-la de forma correta”, explica Alexandre.

O consultor sugere o uso de modelos de metas para colocar no papel o que se quer alcançar. Um dos mais comuns, desenvolvido pelo administrador e professor norte-americano Peter Drucker, é chamado de *Smart* (do inglês, “esperto”). Cada letra do modelo representa uma palavra, que deve orientar a elaboração da meta. Primeiramente, ela precisa ser “específica”. “Quer uma casa? Como ela é? Quantos quartos tem? Onde fica?”, questiona o consultor. Já o quesito “mensurável” representa o valor da casa usada como exemplo. Na sequência vem a letra “a”, de “atingível”. Nesse ponto, muitas pessoas cometem o erro de estipular metas altas demais, o que aumenta o risco de frustração. “Às vezes atendo pacientes que chegam com uma meta que a gente percebe que é difícil de ser cumprida”, observa a psicóloga clínica Maristela Aires da Fonseca, da Seção de Psicologia do Tribunal (Sepsi/Diasa). Acostumada a lidar com usuários de tabaco, como o servidor Arquimedes, a psicóloga sempre recomenda cautela na hora de propor objetivos e ressalta a importância das ações de prevenção e tratamento de saúde, ofertadas individualmente pelo Tribunal, para quem pretende deixar o vício ou tratar alguma enfermidade. O atendimento é feito por psicólogos, médicos, dentistas, nutricionistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistentes sociais. “Hoje nós temos um índice [de fumantes] abaixo da média das instituições públicas de Brasília e do Brasil”, ilustra Maristela. Dos mais de 700 servidores que fizeram os exames periódicos em 2012, apenas 63 relataram o uso de tabaco.



O modelo Smart, desenvolvido pelo consultor norte-americano Peter Drucker, é um dos mais utilizados na elaboração de metas. Ele consiste em cinco palavras, que devem orientar a pessoa ou empresa na hora de escrever as resoluções.

MODELO SMART

- S**PECIFIC (específico) – o quê?
- M**EASURABLE (mensurável) – quanto?
- A**TTAINABLE (atingível) – como?
- R**ELEVANT (relevante) – por quê?
- T**IME-BASED (temporal) – quando?



“Procure um método eficaz para escrever e planejar suas metas e sua vida será plena e realizada”

Alexandre Rodrigues
Consultor da Triad PS



AÇÕES

No modelo *smart*, a letra “a”, de “atingível” também relaciona-se às ações necessárias ao cumprimento da meta. É o “como” chegar lá. E é nesse ponto que o planejamento faz toda a diferença. “Você precisa de uma lista de coisas e tarefas a fazer. Se não colocar isto no seu dia a dia, na agenda, e definir quantas horas vai se dedicar, você vai falhar”, alerta Alexandre Rodrigues. A servidora Conceição de Maria Carvalho (foto), 44, lotada na seção de apoio administrativo da Diasa é amiga inseparável da agenda de compromissos. Todas as suas quatro resoluções de Ano Novo estão bem definidas no papel. A principal delas é uma das mais comuns entre as mulheres. “Preciso perder cinco quilos”, conta sorrindo. A meta é resquício do objetivo anterior de perder sete quilos em 2012 e chegar ao peso ideal. Dois deles já se foram. Como? “Com alta disciplina, muito esforço, atividade física e um pouco de reeducação alimentar”, resume Conceição.

A tarefa semanal da servidora vem sendo cumprida à risca: três dias destinados à caminhada. O objetivo é evoluir para a corrida – paixão descoberta há cerca de dez anos –, com trechos de até seis quilômetros, quatro dias por semana. Até lá, Conceição está na expectativa da inauguração, prevista para abril, do “Espaço Bem-Estar”, um centro de treinamento destinado ao corpo funcional do TRF e da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDf). Por meio do espaço, que está com projeto arquitetônico em fase de conclusão e funcionará nas dependências do Edifício Anexo I do Tribunal, em Brasília, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), o Vida Legal, oferecerá atividades de fisioterapia e de treinamento e condicionamento físico, coordenadas pelo Setor de Serviço Social (Setsoc/Diasa). Na área destinada à fisioterapia haverá dois consultórios de avaliação, uma sala de aplicação terapêutica, uma sala para hidroterapia e um ginásio com tatame e equipamentos aeróbicos. Já o espaço de condicionamento físico contará com duas salas para atividades físicas, onde os usuários poderão praticar pilates, meditação, dança de salão e artes marciais, entre outras atividades. Também haverá vestiários e três boxes para massagem terapêutica.

O projeto é uma das principais metas da atual Administração do Tribunal, que está empenhada na busca de melhores condições de trabalho para magistrados, servidores e colaboradores da casa. No último ano, somente no período de janeiro a novembro, foram homologados, no âmbito do TRF, 247 atestados por doenças relacionadas ao aparelho locomotor, como LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados

ao Trabalho). No mesmo período, o grupo dos transtornos mentais e comportamentais, que incluem doenças como depressão e estresse, foi responsável pelo afastamento de 132 servidores. Sozinhos, estes dois grupos resultaram em 4.286 dias parados. Além disso, a maioria dos servidores do Tribunal tem mais de 40 anos de idade e apresenta problemas como sedentarismo, sobrepeso e obesidade.

A implantação do “Espaço Bem-Estar”, prevista para ocorrer em abril, é uma meta da Administração do Tribunal para estimular os servidores a adotarem hábitos mais saudáveis. Essa mudança de atitude não beneficia apenas a saúde física – evitando problemas como LER (lesão por esforço repetitivo), DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) e doenças crônicas relacionadas ao sedentarismo, como diabetes e hipertensão arterial –, mas se reflete em todas as dimensões da vida do indivíduo, resultando em um ciclo virtuoso que produz melhoria constante na qualidade de vida.



INFORME-SE NOS SETORES DE SAÚDE E DE QUALIDADE DE VIDA DA SUA SECCIONAL SOBRE PROGRAMAS E PROJETOS QUE PODEM AJUDÁ-LO A ALCANÇAR SUAS METAS EM 2013



DICAS PARA ELABORAR (E CUMPRIR) AS METAS

1. Procure um modelo para escrever as metas, como o modelo "SMART"

O modelo ajuda a "pensar" a meta, planejar e especificar. Consiste em fazer as perguntas certas: o quê? Quanto? Como? Por quê? Quando?

2. Saiba muito bem o que você quer

Quanto mais clara for a meta, maior a probabilidade de atingi-la

3. Analise se a meta é digna de investimento de tempo e energia

Ou seja, identificar se ela é realmente importante para sua vida

4. Visualize o resultado final

Usar e abusar de imagens que possam ser visualizadas diariamente. Escrever e usar imagens é integrar os dois hemisférios cerebrais (direito e esquerdo) e acessar o potencial do sistema límbico (cérebro "emocional")

5. Coloque na agenda as atividades e ações (que especificou no modelo SMART)

Ter data e horário determinados para cada ação ajuda a manter o foco

6. Cheque e analise os resultados obtidos

Só assim é possível saber se estamos no caminho certo para atingir a meta, e traçar novas coordenadas e ações, caso necessário

7. Escreva poucas metas

Estipular dezenas de resoluções é presságio de frustração. Sua energia deve se concentrar em, no máximo, oito metas por vez

8. Sonhe, deseje e aja

Não basta escrever, não basta imaginar. Gerencie bem o seu tempo e aja de forma focada

Fonte: Consultor Alexandre Rodrigues (Triad PS)

A servidora Conceição Carvalho adianta que será uma das primeiras a utilizar as instalações do Espaço Bem-Estar. Ela espera que o centro dê uma forcinha na perda dos cinco quilos que a separam do peso recomendado pelo nutricionista. Mas há outra iniciativa do Tribunal que está atrelada às resoluções de Ano Novo da servidora: o Programa de Educação Financeira, do qual participou em 2012. "Eu pretendo aplicar as orientações do curso (...) no consumo, no controle de gastos e no projeto de aposentadoria", ressalta. Atingir os objetivos certamente será uma tarefa mais difícil do que foi a de listá-los. Conceição entrou o ano sabendo claramente o que queria atingir em 2013. No rol de metas também entraram a manutenção do hábito da leitura – com mínimo de dez páginas por dia – e as viagens de férias.

PRIORIDADE

Para muitas pessoas, contudo, o ato de escrever as metas pode ser mais complicado do que parece. Isso devido, principalmente, à letra "r" do modelo *smart*: a "relevância"; o porquê da meta. "Muita gente, quando chega 'aqui' começa a identificar que não era algo que gostava mesmo, que era só para agradar alguém, e se dá conta que aquilo não tem mais relevância", frisa Alexandre Rodrigues. Quando a meta vale a pena ainda é preciso classificá-la para saber o que virá primeiro na agenda. O consultor afirma que ter muitas resoluções pode ser uma armadilha porque resultará em falta de foco. "Se você tiver vinte metas na vida, você tem que ter a consciência de que, neste ano, talvez você consiga realizar apenas oito. Então eleja, priorize e trabalhe essas oito", aconselha.

A servidora da Assessoria de Comunicação (Asscom), Martha Hormann (foto), 50, foi além. Estipulou



uma única resolução para 2013. E está totalmente relacionada ao trabalho. “Quando chegou o fim de ano, eu pensei muito e achei que era uma boa proposta, pra mim mesma, tentar ter mais leveza no ambiente de trabalho”, revela. Como supervisora da Seção de Imprensa (Seimp/Ascom), Martha é responsável por selecionar e conferir os textos jornalísticos produzidos a partir de decisões judiciais do TRF e que “alimentam” a página eletrônica do Tribunal. Além disso, trava uma “batalha” diária com jornalistas de todo o Brasil, interessados em informações sobre andamento processual. “Se tiver um processo importante acontecendo, é o dia inteirinho o telefone tocando... no fim eu fico meio que de ‘para-raio’ entre juiz e imprensa”.

No passado, quando trabalhava em gabinete, a servidora sofreu uma LER que a deixou 22 meses afastada do trabalho. Apesar de controlada, a doença ainda se manifesta, com fortes dores do pescoço aos dedos das mãos, em situações de tensão ou estresse. Por isso, buscar a calma e o autocontrole tornaram-se o principal alvo no campo profissional. Até o momento da entrevista para a Primeira Região em Revista, Martha não havia feito nenhum planejamento para atingir a meta. Resolveu pensar

a respeito. “Não coloquei nada na agenda, mas é uma boa ideia”, reconheceu.

A meta da supervisora não tem data determinada para concretizar-se. Começou com o fim do recesso judiciário e se estenderá pelos próximos meses, permanentemente. O ideal, nos demais casos, é dar às resoluções um prazo certo para serem cumpridas. O “tempo”, essencial no modelo smart, é representado pela última letra, o “t”, do inglês *time-based*. “Você só começa a trabalhar com o cérebro quando coloca prazos”, explica Alexandre.



STOCK XCHING



RESOLUÇÕES DE ANO NOVO MAIS COMUNS

- ✓ Ter mais tempo para a família e para o EU
- ✓ Ter mais qualidade de vida (e praticar esportes)
- ✓ Emagrecer
- ✓ Parar de fumar
- ✓ Ser promovido ou ganhar mais dinheiro
- ✓ Abrir um negócio ou tornar-se empresário
- ✓ Casar-se
- ✓ Comprar uma casa
- ✓ Ter filhos
- ✓ Fazer algum curso ou aprender um novo idioma
- ✓ Tirar férias
- ✓ Trabalhar menos (ou cumprir o horário normal)
- ✓ Viajar para o exterior
- ✓ Aposentar-se

METAS DO JUDICIÁRIO 2013*

Meta 1

Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013

Meta 2

Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais

Meta 5 (Justiça Federal)

Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

Meta 6 (Justiça Federal)

Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais

Meta 16

Fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal

Meta 17

Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos

Meta 18 (Justiça Federal e Estadual)

Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011

Meta 19 (Justiça Federal, Estadual e Eleitoral)

Realização de parcerias entre o CNJ, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os TREs e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa

*Estão listadas apenas as metas que competem à Justiça Federal. A lista completa está no sítio do CNJ: www.cnj.jus.br

À frente das ações de planejamento do Tribunal está uma equipe que trabalha constantemente “com a cabeça”. Uma das atribuições do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag/Diges) é pensar as estratégias do TRF para cumprir os objetivos institucionais. Desde 2009, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a estipular metas anuais para o Poder Judiciário – nas áreas administrativa e judicial –, o Cenag desempenha o papel de acompanhar o cumprimento de cada uma delas no âmbito da Primeira Região. A novidade, este ano, é a inclusão do tema improbidade administrativa no rol de objetivos propostos aos tribunais. A Primeira Região deverá cumprir oito metas, no total, duas delas específicas para a Justiça Federal.

Parte das metas que não foram integralmente alcançadas pelo TRF nos anos anteriores continua sendo acompanhada pelo CNJ e perseguida pela Corte. Exemplo disso são as metas 2, de 2009 e 2010, voltadas ao julgamento de processos antigos protocolizados até o fim de 2006. O Mutirão Judiciário em Dia, em curso desde fevereiro de 2011, prosseguirá em atividade pelo próximo semestre até a liquidação total de 53 mil ações. Manter as turmas suplementares de julgamento é uma atitude consoante com a recomendação de quem já passou pela frustração de não atingir o objetivo. Não conseguiu cumprir? Persista. “A gente tem que atuar com responsabilidade. E atuar com responsabilidade não significa você ser campeão, mas significa que você fez tudo que podia ser feito para alcançar”, diz o servidor Arquimedes. Com disposição para enfrentar os obstáculos e disciplina para não deixar as resoluções se dissolverem no tempo, 2013 poderá ficar marcado como a “fatia” de doze meses em que o “milagre da renovação”, de Carlos Drummond de Andrade, de fato, aconteceu. ■



CRIADA ESCOLA NACIONAL DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), que capacitará magistrados na solução de conflitos judiciais por meio de acordo, foi criada oficialmente no dia 12 dezembro de 2012. A cerimônia aconteceu no Salão Negro do Ministério da Justiça e contou com a presença, entre outras autoridades, do coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, e da coordenadora do Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal, juíza federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas.

A Enam é fruto da parceria entre o CNJ, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ). O objetivo é formar mais de dois mil magistrados em resolução de conflitos com as técnicas de conciliação. Os cursos serão ministrados por 200 instrutores já formados pela parceria entre os três órgãos. Essa é a primeira vez que um número tão expressivo de magistrados participará desse tipo de formação.

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES É AGRACIADA COM A ORDEM DO MÉRITO CÍVICO

Em solenidade bastante prestigiada, a desembargadora federal do TRF da 1.ª Região, Neuza Alves, foi condecorada com a Ordem do Mérito Cívico, no grau Oficial. A solenidade de imposição da medalha, concedida pela Liga da Defesa Nacional, ocorreu no dia 12 de dezembro no Salão Itamarati do Hotel de Trânsito de Oficiais do Exército, em Brasília.

Após a entrega da comenda, a desembargadora Neuza Alves falou de sua honra em receber a homenagem. "Sinto-me muito honrada por, em somente 8 anos de Brasília, já ter o meu trabalho visto, reconhecido e aplaudido e por ter merecido essa comenda que vou guardar com muita alegria e respeito. Continuarei cumprindo minha missão de divulgar a Liga da Defesa Nacional e de atrair mais e mais pessoas para a prática das boas ações, e fazer valer o mérito cívico que estou recebendo nesta ocasião", afirmou a magistrada.

A Ordem do Mérito Cívico foi criada pela Liga da Defesa Nacional em 1965, ano de comemoração do primeiro centenário de nascimento do fundador da instituição, o poeta-cidadão Olavo Bilac. A comenda destina-se a homenagear brasileiros que se distinguem na prestação de bons e relevantes serviços à Pátria e/ou no apoio às atividades da Liga.

Além da desembargadora Neuza Alves e de autoridades militares e civis, também foi agraciado com a medalha o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto.



PRESIDENTE DA SÉTIMA TURMA APRESENTA BALANÇO DA PRODUTIVIDADE DO ÓRGÃO EM 2012

O presidente da Sétima Turma do TRF da 1.^a Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, fez um balanço das atividades e resultados do órgão julgador em 2012. O colegiado recebeu aproximadamente 19.375 processos distribuídos e julgou 21.644 (sendo 16.744 por acórdãos e 4.900, por decisões singulares). “Tais dados mostram que este Tribunal, apesar de todas as dificuldades, apesar de manter praticamente a mesma estrutura administrativa de 23 anos atrás e, embora tenha aumentado para apenas 27 seu quadro de desembargadores, tem demonstrado um grande esforço no sentido de julgar mais do que recebe”, afirmou Reynaldo Fonseca.

A Sétima Turma tem jurisdição sobre 80% do território nacional e conta com três membros. De acordo com o presidente do órgão, seria necessário julgar cerca de 40 a 50 mil processos para dar vazão, além da distribuição, àquilo que restou dos anos anteriores.

Reynaldo Fonseca, que preside a Turma desde abril de 2012, cumprimentou todos que colaboraram com o trabalho ao longo do ano. “Quero cumprimentar não só os desembargadores Catão Alves e Luciano Amaral, mas também todos os juizes convocados que por aqui passaram, em substituição, nos meses de férias ou licenças. Quero também agradecer muito aos senhores advogados que não deixaram, efetivamente, de colaborar para a celeridade e racionalidade dos julgamentos, bem como ao senhor representante do Ministério Público Federal (MPF), que aqui se encontra, pela colaboração do MPF. Agradeço também aos senhores servidores, pois sem eles nós não poderíamos chegar a esses números que, para nós, são muito altos, visto que somos três julgadores e cada um julgou praticamente sete mil processos no ano. Isso me leva a fazer esse registro, por uma questão de lealdade, transparência e, acima de tudo, por uma questão de prestação de contas ao tecido social”, afirmou o magistrado.



CJF LIBERA MAIS DE R\$ 415 MILHÕES EM RPVS

O presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Felix Fischer, liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) limites financeiros no valor de R\$ 415.848.835,75 relativos às requisições de pequeno valor (RPVs) autuadas em dezembro de 2012. O depósito na conta dos beneficiários é feito de acordo com os cronogramas de cada TRF.

Do total geral, R\$ 271.007.059,86 correspondem a processos previdenciários de revisões de aposentadorias, pensões e outros benefícios, que somam um total de 35.208 ações, beneficiando, em todo o país, 39.261 pessoas.

O TRF da 1.^a Região recebeu o total geral de R\$ 140.848.528,03, sendo que deste valor, R\$ 91.523.745,95 são destinados a ações previdenciárias que beneficiam 10.341 pessoas, em 9.525 ações.

Fonte: CJF

TRF ULTRAPASSA META DE CONCILIAÇÃO EM SFH ESTABELECIDADA PELO CNJ PARA 2012

O TRF da 1.ª Região ultrapassou, pelo segundo ano consecutivo, a meta de realização de audiências de conciliação relativas ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2012. O Conselho propôs aos tribunais regionais federais (TRFs) de todo o país a realização total de 10.707 mil audiências em 2012, sendo que para a Primeira Região a meta proposta foi de 3.450 audiências.

A Justiça Federal da Primeira Região venceu a meta e realizou 4.864 audiências de conciliação referentes ao SFH em 2012. Em valores negociados, foram R\$ 116.216.237. O coordenador do Sistema de Conciliação da 1.ª Região (SistCon), desembargador federal Reynaldo Fonseca, destacou que o TRF da 1.ª Região foi o tribunal que, proporcionalmente, mais realizou audiências e acordos. "Atingimos 55% de acordos, batendo a média da Justiça Federal que é de 52%. Os resultados mostram que cumprimos e ultrapassamos novamente a meta do CNJ, consolidando a cultura da conciliação na área da habitação, que é o carro-chefe em demanda", comemorou Reynaldo.

A meta geral também foi ultrapassada no ano passado. Ao todo, os TRFs realizaram 15.715 audiências e os valores negociados totalizaram R\$ 298.891.509.



INTERNET



SERVIDORES DO AMAZONAS RECEBEM TREINAMENTO DO SISTEMA AJG/CJF

No dia 7 de dezembro, foi encerrado o treinamento de 25 servidores da Seção Judiciária do Amazonas e das subseções judiciárias de Tabatinga e Tefé que, inicialmente, trabalharão no Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal (AJG/CJF).

O curso foi ministrado pelos diretores de secretaria Gustavo Bastos Seráfico de Assis Carvalho, da 3.^a Vara cível, e George Emílio Cunha de Araújo, da 8.^a Vara/JEF. Ambos participaram do treinamento do AJG/CJF realizado no Conselho da Justiça Federal, em outubro de 2012. Durante as seis horas de treinamento, os servidores conheceram a utilização do sistema, a validação, a nomeação e como fazer o pagamento dos serviços prestados pelos profissionais cadastrados.



SECOSAM



SOLENIDADE MARCA COMEMORAÇÃO DOS 45 ANOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

Os 45 anos da reinstalação da Justiça Federal na Bahia foram comemorados, no dia 7 de dezembro, com a presença da desembargadora federal Neuza Alves, que presidiu a mesa diretora ao lado do diretor do foro da Seccional, juiz federal Ávio Novaes, do ex-presidente do TRF da 1.^a Região, desembargador federal aposentado Aloísio Palmeira Lima, e de outras autoridades.

Um vídeo produzido por Horácio Ribeiro (Nuasg) e Luiz Goulart (Diref) com depoimentos de magistrados e servidores que fizeram a história da Seção Judiciária foi apresentado no início da solenidade.

Durante o evento foram entregues os prêmios aos vencedores do I Concurso de Artigos da Seção Judiciária da Bahia, que teve como tema os 45 anos da Justiça Federal. Também ocorreu a apresentação do Grupo de Canto Cantarolando, formado por servidores



SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/SJBA

da Seccional e regido pelo maestro Edvã Barbosa.

Em seguida, foram entregues diplomas de Honra ao Mérito ao juiz federal aposentado Adão de Assunção Duarte, ao desembargador federal aposentado Aloísio Palmeira Lima e a servidores aposentados, em reconhecimento aos anos de trabalho dedicados à Seção Judiciária.



LANÇADA CAMPANHA DE REDUÇÃO DE DESCARTÁVEIS NA SJPI

Servidores, estagiários e prestadores de serviço da Seção Judiciária do Piauí participaram, no dia 14 de dezembro, do lançamento da campanha de redução do uso de copos descartáveis na seccional. O lançamento ocorreu durante confraternização natalina marcada também por sorteio de brindes e distribuição de cestas básicas a prestadores de serviço.

Como parte da campanha, a Comissão Ambiental realizou a distribuição de canecas personalizadas aos servidores, motivando-os a substituir o tradicional copo de plástico durante o período do trabalho.

A sede da seção judiciária em Teresina tem cerca de 200 servidores. A partir dessa iniciativa, pelo menos 200 copos deixarão de compor o lixo diário da seccional, considerando que cada servidor use apenas um por dia. Em 30 dias serão 6.000 copos a menos, o que vai gerar uma economia para o poder público e, principalmente, reduzir consideravelmente os danos causados ao meio ambiente.



“Adorei a ideia. As canecas são funcionais e bonitas. Uma excelente iniciativa, que merece ser copiada também em outros ambientes que frequentamos”, observou Inês de Carvalho Craveiro, supervisora da Seção de Pagamento de Pessoal da Justiça Federal no Piauí, ao receber a caneca das mãos do diretor da Secretaria Administrativa, Edvaldo Rodrigues da Silva. A confraternização contou ainda com celebração religiosa e almoço, patrocinados pela Associação dos Servidores da Justiça Federal no Piauí (SERJUSPI).



SERVIDORES DA ÁREA DE SEGURANÇA PARTICIPAM DE TREINAMENTO EM RONDÔNIA

Nos dias 6 a 8 de dezembro, servidores da área de segurança da Seção Judiciária de Rondônia e subseções judiciárias vinculadas participaram de curso de capacitação e aperfeiçoamento. O curso, que se destinou especialmente aos agentes de segurança do Judiciário Federal, reuniu aspectos práticos e teóricos durante as aulas de tiro e também na apresentação de palestras.

Nas aulas, além de receberem ensinamentos teóricos relativos à segurança institucional, os servidores foram submetidos a vários exercícios com arma de fogo (descarregada), aprendendo com o instrutor Gerner Márcio Gomes de Matos a fazer diversos procedimentos de saque, posição de tiro e recarregamento de pistola.

Uma das aulas práticas aconteceu na Base Aérea de Porto Velho. Os servidores fizeram vários exercí-



cios de disparo de arma de fogo no estande de tiros, manuseando pistolas ponto 40 e carabinas calibre 38. Os agentes de segurança fizeram ao todo 100 disparos em alvos a curta e média distância, sob orientações do instrutor Gerner, da Associação dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União (AGEPOLJUS).



SUBSEÇÃO DE LARANJAL DO JARI RECEBE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE

O diretor do foro da Seção Judiciária do Amapá, juiz federal Fabiano Verli, recebeu, no dia 9 de janeiro, o título de propriedade do terreno destinado à construção definitiva da sede da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari. O terreno, doado pelo Tribunal de Justiça do Amapá (TJ/AP), possui uma área de 7.200 m² e está localizado na Av. Tancredo Neves, s/n, Quadra 03B, bairro Castanheira, na área urbana do município.

O diretor do foro afirmou que essa conquista deve-se ao esforço de ambas as Justiças em prol de uma melhor prestação jurisdicional.

Fonte: SJAP



CONCILIADORES CCA DO JEF/MG RECEBEM TREINAMENTO

No dia 9 de janeiro, foi realizado, na Seção Judiciária de Minas Gerais, o curso “Conciliação voltada para a Central de Conciliação e Audiência – CCA do Juizado Especial Federal”. O treinamento foi ministrado pela servidora do Núcleo de Apoio da Coordenação do JEF, Ana Carolina Ramos Jorge, no auditório do Edifício Antônio Fernando Pinheiro.

O programa do curso – destinado aos conciliadores que atuam na CCA – contemplou aspectos práticos e teóricos pertinentes ao exercício do conciliador. A simulação de uma conciliação proporcionou aos participantes do treinamento a oportunidade de vivenciar situações que ocorrem no dia a dia da Central de Conciliação.

Em abril de 2012, um treinamento com conteúdo semelhante foi oferecido aos primeiros conciliadores que atuaram na Central de Conciliação e Audiência do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais – unidade criada naquele ano para atender as varas de JEFs.

Fonte: Secos/MG



SECO5/MG



JUIZ FEDERAL É ELEITO VICE-CORREGEDOR ELEITORAL NO TOCANTINS

O juiz federal titular da 2.^a Vara da Seção Judiciária do Tocantins, Waldemar Cláudio de Carvalho, foi eleito vice-corregedor eleitoral do TRE-TO, no dia 28 de janeiro.

O magistrado, que é membro da Corte para o biênio 2012-2014, foi eleito por unanimidade durante a primeira sessão ordinária de 2013 do plenário do Tribunal Regional Eleitoral.



SUBSEÇÃO DE PICOS DIVULGA RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2012

No dia 9 de janeiro, a Subseção Judiciária de Picos, no Piauí, divulgou o relatório de atividades referente ao ano de 2012. De acordo com o documento, a Seccional autuou 3.710 requisições de pequeno valor (RPVs), perfazendo o total de R\$ 14.625.142,24. Também foram distribuídos 5.810 processos, realizadas 3.042 audiências e sentenciados 4.878 processos.

O relatório aponta também um acervo de 14.182 processos em tramitação na Vara Única de Picos, sendo 11.721 processos no JEF e 2.461 na Vara Comum.

De acordo com diretor de Secretaria da Subseção Judiciária de Picos, Gilson Neiva Santos, foram remetidos para a Turma Recursal de Teresina 525 processos e arquivados 3.642. "A demanda processual dos municípios jurisdicionados pela Subseção já motivou o pedido de criação de uma nova vara federal em Picos, o que depende de legislação específica", destacou o diretor.

Fonte: Secos/PI



AMAPÁ HOMOLOGA 178 ACORDOS NA 1.ª SEMANA DE CONCILIAÇÃO DE 2013

FOTOS: SECOSAP



Entre os dias 7 e 11 de janeiro, a Justiça Federal, por meio do Núcleo de Conciliação, promoveu a 1.ª Semana de Conciliação do ano somente para processos que envolvem seguro-defeso, obtendo acordos em 79% dos casos.

Foram realizadas 277 sessões de conciliação entre União e autores, que alcançaram cerca de R\$ 521 mil em valores negociados.

Segundo a coordenadora do Nucon/AP, juíza federal substituta Lívia Cristina Marques Peres, “não foram realizadas audiências, mas sim conversações entre as partes, as quais resultaram na homologação de 178 acordos. Além disso, a participação de servidores, estagiários e colaboradores foi de fundamental importância para o sucesso do evento”.



Fonte: SESUD/AP



BALANÇO DE ATIVIDADES DA SUBSEÇÃO DE GURUPI/TO

A Subseção Judiciária de Gurupi/TO apresentou relatório de 2012 e das atividades realizadas até o dia 15 de janeiro deste ano. No período, o órgão registrou a entrada de 4.648 processos no Juizado Especial Federal (JEF) cível e criminal e de 4.746 processos na Vara única. Destes, 2.284 processos foram solucionados no JEF e 661, remetidos à Turma Recursal. Já na Vara única, 546 processos foram resolvidos, enquanto 382 foram remetidos ao TRF da 1.ª Região em grau de recurso. Atualmente, a vara conta com 2.743 processos em tramitação ajustada.

Durante 2012, a subseção realizou 1.140 audiências de conciliação/instrução e autuou 695 requisições de pequeno valor (RPVs), perfazendo um total de R\$ 5.328.733,24. Também sentenciou 3.395 processos e proferiu 11.014 despachos e decisões. A subseção também conta com uma sala de perícias onde foram realizadas aproximadamente 850 perícias médicas e 190 perícias por assistentes sociais.

Fonte: Subseção Judiciária de Gurupi/TO



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA REDUZIU EM 5% O CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS EM 2012

Pelo quarto ano consecutivo, a Seção Judiciária da Bahia (SJBA) publica o levantamento do consumo de copos descartáveis pelas suas varas e núcleos de Salvador.

Desta vez, a Seccional comemora uma redução de 5% comparando o consumo de 2012 com o de 2011. A diminuição demonstra uma conscientização crescente por parte dos núcleos e das varas que já reduziram em 3% o número de copos usados em 2011 em relação a 2010, o que havia significado 9.300 copos a menos.

Os 5% economizados em 2012 equivalem a 19.700 unidades. A maior redução que a Seccional conseguiu, entretanto, foi de 2009 para 2010: 17%, certamente por ter sido o primeiro ano em que foi feita a comparação com o consumo do ano anterior por todas as varas e núcleos.

Os números estão de acordo com dados fornecidos pela Seção de Administração de Materiais. Em 2012, as varas e núcleos consumiram 418.500 copos.

6.ª Vara é exemplo consolidado – A 6.ª Vara foi a Unidade que menos gastou esse material. Se em 2009 consumiu apenas 300 copos e em 2010 baixou para 200, em 2011 bateu o recorde: não solicitou um único copo plástico, atingindo 100% de economia. O feito se repetiu em 2012. Nenhum copo foi gasto pela Vara comandada pela juíza federal Rosana Noya, que estimula o uso responsável de todos os itens de consumo, como copos, cartuchos de tinta e papel. Uma consciência ecológica a ser copiada.

Fonte: Secos/SJBA



Obra legal

TRF DA 1.ª REGIÃO DETERMINA DEMOLIÇÃO DE OBRA CONSTRUÍDA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. VEJA O QUE FAZER NA HORA DE CONSTRUIR PARA NÃO CORRER ESSE RISCO

▼ CLAUDIA BERNAL

O grande sonho do brasileiro – sair do aluguel – também fazia parte de uma família formada por um analista de sistemas de 34 anos e uma professora de 28. Depois de anos de economia, o casal comemorou a compra de um terreno bem localizado na região central de Blumenau, em Santa Catarina. A partir de então surgiram as dúvidas. Por onde começar a obra? Diante das dificuldades em obter informações, eles decidiram pesquisar muito e ajudar a quem tem as mesmas dúvidas, disponibilizando as informações em um *blog* (www.nossacasanosite.com).

Está tudo ali. Dos alvarás aprovados pela prefeitura à pintura das paredes. Planejamento, gráficos, fotos, orçamentos. “No início a gente tinha um milhão de dúvidas. Fa-

zer um histórico da nossa jornada foi importante para não errarmos”, explica o analista de sistemas. Dois anos depois e com a casa prontinha, o sítio é referência no mundo da construção civil – recebe até mil acessos por dia.

A atitude do casal de correr atrás das informações foi fundamental para evitar os riscos que podem vir junto com a obra. Como o de não estar com a documentação exigida e ter a construção embargada – ou até demolida. O exemplo extremo ocorreu em Palmas, no Tocantins. A ordem de demolição de uma chácara veio do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, já que a edificação estava em área de preservação permanente (APP), o que é proibido pelo Código Florestal.



Criar um blog Login

Compartilhar 2 mais Próximo blog



www.nossacasanosite.com

Construindo da Fundação ao ACabamento

- Home
- Planilhas de Controle
- Etapas
- Fotos(todas)
- Fotos(antes e depois)
- Parceiros

Tudo sobre a construção da nossa casa (sobrado), tudo em tempo de execução. Aqui encontra: [Planilhas de custos e orçamentos](#), [Etapas](#), [Fotos](#), [Lista de materiais e serviços](#), pedreiros, arquiteto, dicas e muito mais sobre o desafio de construir uma casa.
Nossa casa tem 184m2 com 3 níveis contato@nossacasanosite.com

Etapas com Fotos

- Preparação para Construir
- 01. Projetos, Anteprojeto, Aprovações
- 02. Infra Básica
- 03. Fundação
- 04. Levantamento de Paredes e Lajes Retas
- 05. Laje Inclinada e Telhado
- 06. Reboco
- 07. Hidráulica
- 08. Escada

Pesquisar no blog

Pesquisar

quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

Última obra da casa em 2012 - Guarda-corpo sacada

Esta semana foi instalado o guarda corpo da sacada da suite, optamos por este modelo (5 tubos retos, branco, pintura automatizada), por ser muito parecido com o modelo do corrimão da escada.

Foi instalada também, a rede de proteção (necessário para quem tem criança em casa)



Importante*

- Planilhas de Obra
- Comprar Planilha
- Lista de Materiais
- Planejamento da Obra
- Motivo da sua Visita?

Andamento da obra

▼ 2012 (66)

▼ Dezembro (6)

Última obra da casa em 2012 - Guarda-corpo sacada

Planilhas de Obra atualizadas (2.3) - Dezembro/2012...

Visão «PRIMEIRA REGIÃO» • 29

Lista de Materiais - Nossa Casa

IMAGENS INTERNET



Lago do Lajeado, em Tocantins

O caso começou quando o Ministério Público Federal ajuizou ação contra a proprietária da obra, objetivando a demolição da chácara, construída às margens do Lago do Lajeado, um bem da União. Na 1.^a instância o juiz julgou improcedente o pedido, alegando que, no curso da demanda, o Instituto de Natureza do Tocantins (Naturatins) concedeu licença ambiental para a construção.

O Ministério Público então recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1.^a Região. A relatora, desembargadora Selene de Almeida, determinou que a proprietária demolisse a Chácara Lagoa Azul e retirasse os entulhos no prazo de 60 dias. Ela ainda fixou multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento. A mesma multa foi determinada caso a ré insistisse em construir novamente em área de preservação permanente. Outra determinação da desembargadora foi a de que a ré apresentasse ao Ibama, em 60 dias, projeto de recuperação da área degradada, sob pena de ser multada em R\$ 20 mil.

Tudo isso porque, segundo Selene de Almeida, “a ape-

lada construiu uma chácara às margens do Lago do Lajeado para fins de lazer. Não poderia fazê-lo porque em área de preservação ambiental só é possível construção quando for necessário a execução de obras, planos, atividades, ou projetos de utilidade pública ou interesse social”, explicou no processo, citando o Código Florestal.

Quanto à licença obtida após a instauração do processo, a desembargadora argumentou que é irrelevante que a ré tenha conseguido, durante o processo, licença ambiental de órgão estadual, já que este não é competente para o licenciamento em caso de área de proteção permanente em rio da União.

“Se o estado fez uso de sua competência constitucional para alterar a natureza das coisas, andou mal, pois não se altera mediante norma jurídica a natureza das coisas. Luxo, lazer e conforto para poucos em lugar nenhum do mundo, nem segundo os usos e costumes do Tocantins, se tornam, por definição legal, interesse social e utilidade pública. Os fatos são o que são”, definiu a desembargadora.

Lei 12.651/12 - CÓDIGO FLORESTAL

Art. 1.º Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Art. 3.º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988**CAPÍTULO VI****DO MEIO AMBIENTE**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1.º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

LEI 6.983/81

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)

LEI COMPLEMENTAR 140/2011

Art. 2.º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I – licenciamento ambiental: o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar:

I - proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;

II - garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;

III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

IV - garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.



ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE

O Código Florestal, alterado em 2012, define Área de Preservação Permanente (APP) como a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Essa lei proíbe qualquer edificação em área de preservação permanente e fornece, inclusive, a faixa de largura mínima que deve ser observada para uma construção perto de APPs.

“O objetivo dessas áreas é proteger a vegetação nativa, os recursos hídricos, a estabilidade geológica. Caso contrário, pode haver até o assoreamento de um córrego e ele, por exemplo, deixar de existir”, salienta a engenheira florestal Verena Mello (foto), que trabalha com licenciamento ambiental. O risco de se ocupar essas áreas é tão grande que

muitas vezes, segundo Verena, nem a recuperação da área surte efeito, sendo necessário estudar outros sistemas de compensação ambiental.

Por isso a importância de recorrer aos órgãos competentes antes de iniciar uma obra – e não correr o risco de ter a construção embargada, ou até demolida, como ocorreu com a chácara em Palmas.

Segundo o arquiteto João Accioly, presidente da subcomissão de normas e procedimentos do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon/DF), profissionais habilitados, como engenheiros civis e arquitetos, são importantes em qualquer etapa de uma obra justamente para evitar riscos. A pedido da reportagem, ele elaborou o passo a passo que deve ser observado na hora de iniciar uma construção. O trâmite costuma ser parecido na maioria das cidades. E, na dúvida, basta recorrer à prefeitura para obter informações. Confira ao lado as dicas do arquiteto.

HORA DE CONSTRUIR

1 – Antes mesmo de comprar o lote, verifique no Cartório de Registro de Imóveis da sua região a situação do terreno.

2 – Procure a Secretaria de Fazenda para saber se o IPTU está em dia. Caso não esteja, a escritura não pode ser emitida.

3 – O proprietário do terreno ou o arquiteto/engenheiro deve entrar em contato com a prefeitura da cidade para saber quais são as normas de uso e ocupação do solo.

PASSO A PASSO

4 – O projeto da casa deve ser enviado à prefeitura para aprovação. Se houver necessidade de alteração, o projeto deverá ser ajustado. Somente com o alvará é que a obra poderá ser iniciada.

5 – A própria prefeitura pode fazer o encaminhamento para o órgão ambiental da cidade caso haja a necessidade de se remover alguma camada vegetal do terreno, como árvores nativas, por exemplo. ■

Fonte: Sinduscon/DF



Mutirão Judiciário em Dia encerra 2012 com mais de 45 mil processos julgados

ATUAÇÃO DAS SETE TURMAS SUPLEMENTARES FOI PRORROGADA ATÉ JULHO DE 2013

RICARDO CASSIANO

O Mutirão Judiciário em Dia, em curso no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, foi prorrogado até o dia 5 de julho de 2013. A medida foi tomada pelo presidente da Corte, desembargador federal Mário César Ribeiro, por meio da Portaria Presi n.º 24, editada no dia 20 de dezembro de 2012. Nos próximos seis meses, cinco das sete turmas suplementares criadas para o mutirão manterão os trabalhos que visam o julgamento de todos os processos ingressos no Tribunal até o fim de 2006, em cumprimento às metas 2 de 2009 e de 2010, estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Iniciado em fevereiro de 2011, o mutirão julgou mais de 45 mil de um total de 53 mil processos, restando um saldo aproximado de 8 mil ações.

Cada turma suplementar é composta por dois juízes federais convocados e presidida por um desembargador federal do TRF. Como as duas turmas suplementares vinculadas à 1.ª Seção do Tribunal já concluíram o julgamento de seus processos – relacionados a matérias previdenciárias e de servidores públicos –, os juízes serão desconvidados por ato do presidente. As cinco turmas que manter-se-ão em atividade são ligadas à 3.ª e à 4.ª Seção, que julgam matéria tributária e de Direito Administrativo. A prorrogação do mutirão seguirá os termos do acordo firmado entre o Tribunal, a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

REUNIÃO

No dia 4 de dezembro, o presidente Mário César Ribeiro reuniu-se em seu gabinete com o então coordenador do Judiciário em Dia, juiz federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. A reunião foi marcada para discutir o andamento do mutirão e teve a participação do juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão, do diretor-geral do Tribunal, Roberto Elias Cavalcante, e da diretora da Secretaria Judiciária (Secju), Rosana Monori. O ex-coordenador apresentou os números parciais de julgamentos e uma projeção do tempo necessário para liquidar os processos restantes.



A prorrogação do mutirão levou em conta esse cálculo de, aproximadamente, seis meses.

Antes do recesso de fim de ano, as duas turmas suplementares vinculadas à 1.ª Seção encerraram o julgamento dos mais de 26 mil processos que lhes foram atribuídos. A reta final foi marcada pela apreciação de ações mais complexas, que requerem um exame diferenciado. Um dos casos, julgado pelo próprio juiz federal Miguel Ângelo, reuniu 25 mil servidores em uma ação coletiva. “Será um desafio gerar 25 mil execuções”, observou o presidente Mário César Ribeiro.

Enquanto o mutirão caminha para o fim, alguns pontos ainda carecem de atenção. Um deles é a cessão de servidores às turmas suplementares. A Presidência manterá contato com os gabinetes que ofereceram auxílio para discutir os ajustes necessários.

No início de janeiro deste ano, as quatro turmas suplementares vinculadas à 4.ª Seção tinham cerca de 6 mil processos e a turma suplementar da 3.ª Seção, mais de mil ações a serem julgadas. Os resultados obtidos nos últimos meses agradaram o ex-coordenador, que avaliou positivamente o empenho de todos os juízes e colaboradores envolvidos. “Considero um sucesso muito grande e que mostra o acerto da iniciativa do Tribunal em realizar o mutirão”, afirmou Miguel Ângelo. O magistrado encerrou as atividades na turma no dia 19 de dezembro para assumir compromissos na sua vara de origem, em Minas Gerais. O novo coordenador, nomeado pelo presidente Mário César Ribeiro, é o juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira, da 6.ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT). ■



MÁRIO PUTINI

Reunião na Presidência discutiu ajustes necessários à prorrogação do Mutirão

Membros do Núcleo de Cooperação Judiciária da 1.ª Região reúnem-se no TRF

NO ENCONTRO FORAM TRAÇADAS METAS PARA 2013

THAINÁ SALVIATO

Os membros do Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito da Justiça Federal da 1.ª Região, instituído pela Portaria Presi/Cenag 339, reuniram-se dia 11 de dezembro no Tribunal (foto). O encontro contou com as presenças da diretora do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, da diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), Bárdia Tupy, e do servidor Marcos Dias, chefe de gabinete da desembargadora federal Mônica Sifuentes.

Por videoconferência, participaram a desembargadora federal Mônica Sifuentes e os diretores de foro e juízes de cooperação integrantes do núcleo das seccionais do Acre, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Tocantins.

A reunião teve por objetivo a apresentação dos membros do grupo, além das experiências e sugestões das seccionais para o funcionamento do núcleo a fim de embasar a elaboração do plano preliminar de ação para 2013. “Nesta reunião, nosso objetivo foi mapear as demandas de cada seccional e conhecer o que já está sendo feito. O que é muito bonito nessa experiência é que somos os construtores desse projeto”, afirmou a desembargadora federal Mônica Sifuentes, integrante do Núcleo em 2.º grau.

A diretora do foro da SJDF, Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, destacou a importância do núcleo para a

cooperação entre juízes dos diferentes ramos do Judiciário. “O juiz de cooperação poderá intermediar o andamento das demandas e agir como diplomata entre as justiças Federal, Estadual, do Trabalho, Eleitoral e Militar para conferir mais celeridade à prestação jurisdicional”, destacou Gilda.

A criação do Núcleo segue a Recomendação n.º 38 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a instituição de mecanismos de cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário. O objetivo é institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos do judiciário e outros operadores, não só para o cumprimento de atos judiciais, mas para harmonização de rotinas e procedimentos com a participação de todas as instâncias na gestão judiciária. O Núcleo de Cooperação Judiciária da 1.ª Região é composto, em 2.º grau, pela desembargadora federal Mônica Sifuentes e pelo juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão. Em 1.º grau, os membros do núcleo são juízes federais indicados pelos diretores de foro das seções judiciárias.

Os núcleos de cooperação judiciária têm a função de sugerir diretrizes de ação coletiva, harmonizar rotinas e procedimentos, bem como atuar na gestão coletiva de conflitos e na elaboração de diagnósticos de política judiciária, propondo mecanismos de gestão administrativa e processual.

Os magistrados indicados como membros do Núcleo atuarão como juízes de cooperação e integrarão a Rede Nacional de Cooperação Judiciária. Eles poderão atuar em comarcas, foros, polos regionais, unidades da Federação ou em unidades jurisdicionais especializadas. Os juízes de cooperação deverão, entre outras atribuições, fornecer todas as informações necessárias para permitir a elaboração eficaz de pedido de cooperação judiciária, bem como estabelecer os contatos diretos adequados. Deverão também identificar soluções para os problemas que possam surgir no processamento dos pedidos de cooperação. ■



MAURO COSTA/IM

Inaugurados os edifícios anexos I e III do Tribunal

INICIATIVA AMPLIA EM 15 MIL M² O ESPAÇO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E APROXIMA SETORES DA ADMINISTRAÇÃO

THAINÁ SALVIATO

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, Mário César Ribeiro, inaugurou, no dia 17 dezembro, os edifícios anexos I e III do Tribunal. A cerimônia, realizada no *hall* de entrada do Ed. Anexo I (antiga sede do TSE), contou com a participação do vice-presidente, desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do desembargador federal aposentado Osmar Tognolo, do juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão, do diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante, do secretário-geral, Paulo Cardoso de Oliveira, do assessor especial da Presidência, Mário Júlio Pereira da Silva, além de juízes federais e servidores do Tribunal.

No início de 2012, unidades judiciais e administrativas do TRF da 1.^a Região ocupavam os edifícios Sede I e II, Adriana, Funasa, Dona Marta e Cabo Frio. “Nessa configuração existiam inúmeras dificuldades decorrentes do fracionamento em prédios distantes, o que demandava constantes deslocamentos dos servidores”, explicou o presidente.

Os prédios foram incorporados, definitivamente, ao patrimônio do Tribunal, no dia 20 de junho, quando a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPOG) entregou o termo definitivo dos prédios ao diretor-geral do TRF, Roberto Elias Cavalcante. O documento determinou que o TRF da 1.^a Região passasse a ser inteiramente responsável pelo uso, conservação e demais questões referentes às despesas oriundas dos prédios.

Com a iniciativa, o Tribunal otimizou gastos públicos, eliminando despesas com transporte entre as unidades e reduzindo o tempo despendido pelos servidores no deslocamento entre os edifícios, além de propiciar mais agilidade à tomada de decisões pela Administração. Para a adequação dos prédios às necessidades do Tribunal, o único serviço contratado foi a substituição de toda a rede de Tecnologia da Informação (TI), o que permitiu a atualização tecnológica da infraestrutura dos

FOTOS: MAURO PUTINI



Vice-presidente Daniel Paes Ribeiro e presidente Mário César Ribeiro descerram placa durante a inauguração do Ed. Anexo III



Autoridades e convidados visitam as instalações no Anexo I

prédios e facilitou a ampliação dos ramais, com a implantação do sistema de voz sobre internet, o chamado Voice Over Internet Protocol (VOIP). “É apenas uma melhoria provisória até que a nova sede esteja pronta, em breve. O que se pretende é proporcionar a todos que trabalham aqui estrutura física adequada, compatível e digna para melhor atender aqueles que aportam em nosso Tribunal diariamente”, completou o presidente Mário César Ribeiro.

Com a entrega oficial dos edifícios do TSE, houve um ganho real de área para o TRF, com a incorporação de mais de 15.200 m². A ação permitiu agregar, em um único local, as secretarias da área administrativa: Secretaria de Administração (Secad), Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor) e Secretaria de Controle Interno (Secoi). ■

TRF da 1.^a Região recebe prêmio Conciliar é Legal pelo grande número de acordos homologados

TRIBUNAL É CONTEMPLADO COM O PRÊMIO PELA TERCEIRA VEZ

▀ JAIR CARDOSO

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, recebeu das mãos do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e juiz do TRF/1.^a Região, Tourinho Neto, o prêmio Conciliar é Legal. A solenidade foi realizada no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, no dia 11 de dezembro. Esta é a terceira vez que a Primeira Região é premiada pelo critério de maior número de acordos homologados durante a Semana Nacional de Conciliação, ocorrida de 7 a 14 de novembro em 2012.

Nos sete dias de trabalho, foram realizadas, na Primeira Região, 4.514 audiências, com 3.618 acordos, o que representa um índice de 80,15%. Aproximadamente R\$ 66 milhões em valores foram negociados. De 2006 a 2012, foram realizadas 42.162 audiências pela Primeira Região. Destas, 30.945 resultaram em acordos e mais de R\$ 371 milhões foram negociados.

Mas os números não param por aí. As 14 unidades federativas e o TRF da 1.^a Região realizaram, somente no mês de novembro de 2012, 7.957 acordos, com destaque para as seções judiciárias da Bahia (1.940), do Pará

(1.380), de Minas Gerais (1.125) e do Maranhão (902). Além disso, somente nos primeiros sete dias de dezembro, foram homologadas 1.716 transações. Desde o início de 2012, o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.^a Região já totaliza 95.576 acordos homologados, superando, de forma antecipada, a estatística anual de 2011, quando foram homologadas 87 mil transações.

O desembargador Mário César Ribeiro, presidente do TRF da 1.^a Região, celebrou a premiação. "Estou muito satisfeito. Esse foi um trabalho desenvolvido sob a coordenação do desembargador Reynaldo Fonseca e por um grupo de juízes, servidores e colaboradores que se dedicaram para obter um resultado altamente positivo, e que se concretizou no recebimento desse prêmio pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região", destacou.

Para o presidente, receber pela terceira vez o prêmio pelo critério de maior número de acordos homologados é uma motivação para que seja dada continuidade ao trabalho. "É um incentivo para que prossigamos com as conciliações, que têm efetivamente demonstrado ser um trabalho de pacificação social, tanto na fase pré-processual, como também no curso do processo", afirmou.



Conciliar é Legal



Presidente Mário César Ribeiro recebe o prêmio das mãos do conselheiro do CNJ Tourinho Neto

Após entregar o prêmio Conciliar é Legal ao presidente do TRF da 1.ª Região, o conselheiro Tourinho Neto salientou que a premiação é importante para demonstrar que a política da conciliação deve ser valorizada. "A conciliação é um acordo em que uma das partes não ganha tudo e a outra não perde tudo. Isso é fantástico. Decisão judicial é uma imposição. No acordo não. As partes sempre têm de ceder um pouco e aí nós obtemos uma solução agradável para todos", disse.

SISTCON

O coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (SistCon), desembargador federal Reynaldo Fonseca, também esteve presente à entrega



do prêmio. Para ele, o prêmio é o reconhecimento de um trabalho que vem sendo executado desde 2006. "Na verdade, a importância começou em 2006 com a ministra Ellen Gracie, quando ela lançou o Movimento Nacional de Conciliação. Até então nós tínhamos a Justiça do Trabalho, a Justiça Estadual e alguns movimentos na Justiça Federal no Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A partir daí houve a institucionalização de uma proposta de trocar o litígio pela cultura do diálogo de uma forma até mesmo institucional", ressaltou o magistrado.

SOBRE O PRÊMIO

Concedido pelo Movimento pela Conciliação, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o prêmio tem como objetivo identificar, premiar e disseminar experiências que contribuam para a pacificação de conflitos, modernização, rapidez e eficiência da justiça brasileira.

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

A 7.ª Semana Nacional de Conciliação movimentou quase R\$ 800 milhões em valores negociados. Segundo dados enviados pelos tribunais que participaram da Semana, foram realizadas 349.544 audiências, efetuados 174.790 acordos e atendidas mais de 700 mil pessoas em todo o País. ■



Inaugurada Subseção Judiciária de Viçosa

A NOVA SUBSEÇÃO É A 23ª DO ESTADO DE MINAS GERAIS

▼ VERA CARPES

Situada na Zona da Mata mineira, Viçosa é uma cidade essencialmente universitária, com várias instituições de ensino que atraem estudantes de todo o Brasil. No dia 7 de dezembro, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, instalou a subseção judiciária do município, a 23.ª do estado, composta por vara única e com competência geral e juizado especial federal adjunto cível e criminal. A jurisdição do novo órgão, além de Viçosa, abrangerá 25 municípios da região, beneficiando uma população de 381 mil habitantes.

O presidente Mário César Ribeiro destacou que as obras de adaptação do prédio tiveram um custo de 290 mil reais e despesas de manutenção e locação orçadas em 52 mil reais mensais. "Tudo isso para permitir que o jurisdicionado tenha um local condigno para ser atendido." Disse ainda que o investimento é parte de um alicerce estabelecido em sua gestão, "uma maior integração do Tribunal com as seções e subseções judiciárias".

Em seu discurso, o presidente convocou a população da região a atuar de forma integrada e com entusiasmo. "Tenho a convicção de que nada podemos fazer senão aquilo que puder-

mos sonhar e construir juntos, uma vez que, como disse o poeta (Raul Seixas), 'um sonho sonhado sozinho é um sonho. Um sonho sonhado junto é realidade'", disse o desembargador.

Para o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Guilherme Mendonça Doehler, "Viçosa é uma espécie de represa cultural, onde jovens de vários pontos do País pousam para beber das águas do saber, mas fora a comunidade universitária, os cidadãos de Viçosa e dos demais municípios citados também vivenciam conflitos comuns a todo polo de desenvolvimento econômico e de efervescência social".

O magistrado também destacou, "este é um momento de alegria e, mesmo diante dos obstáculos citados, prosseguiremos no firme propósito de dar a cada cidadão que aqui venha o que é seu, pois isso é distribuir justiça".

Já o diretor da Subseção Judiciária de Viçosa, juiz federal Ubirajara Teixeira, falou de sua trajetória na justiça federal. Mineiro de Juiz de Fora, atuou em Manaus/AM nos últimos dois anos. Para ele, "uma experiência enriquecedora, mas quem é de Minas acaba sentindo falta das montanhas do estado, do jeitinho típico do mineiro de cativar". Desta for-



Ao lado, mesa de abertura da solenidade de instalação da Subseção de Viçosa
Acima, autoridades e servidores empossados

Diretor do foro mineiro, Guilherme Doehler; presidente Mário César Ribeiro; diretor da Subseção Judiciária de Viçosa, Ubirajara Teixeira, e o prefeito do município, Celito Francisco, momentos após o descerramento da placa inaugural



PRESENCAS

ma, o magistrado considera a nomeação para dirigir a nova subseção um retorno para casa.

Ubirajara lembrou que a chegada da Justiça Federal em Viçosa tem valor significativo para a população mais carente que antes tinha que percorrer grandes distâncias para garantir seus direitos, principalmente em questões previdenciárias e de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. “Uma pessoa daqui da região que quisesse ajuizar uma demanda na justiça federal teria que se deslocar a Belo Horizonte ou a Juiz de Fora; com a instalação da Subseção de Viçosa, tudo fica mais fácil”, disse.

O evento foi marcado também pela posse de 12 servidores que atuarão na nova Subseção, juntamente com outros 3 colegas removidos de outras seccionais. Recém-aprovada em concurso público, Fabiana de Melo não escondeu a disposição para atuar. “Por ser uma subseção nova, acho que vai ser um desafio interessante”, afirmou.

O analista judiciário Silas Batista veio removido da Seção Judiciária do Amazonas, mas a expectativa é a melhor possível. “Profissionalmente, é uma oportunidade de conhecer o novo e de novos aprendizados”, resumiu.

Compuseram a mesa de honra também o prefeito de Viçosa, Celito Francisco Sari; o vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz Eduardo Salgado; a representante do diretor do Fórum da Comarca, juíza de direito Adriana Fonseca Barbosa Mendes; o procurador-chefe da República em Minas Gerais, Adailto Ramos do Nascimento; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção de Viçosa, Leonardo Pereira Rezende, e o representante da Assembleia Legislativa do Estado de Minas, deputado estadual Paulo Lamac.

Prestigiaram a solenidade, entre outras autoridades, o secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, e o presidente da Comissão de Instalação de Novas Varas do TRF, Carlos Frederico Maia Bezerra. ■

Eventos marcam o fim de ano no Tribunal

CERIMÔNIA RELIGIOSA, APRESENTAÇÃO DE CORAL E FEIRA DE ARTIGOS VARIADOS
FIZERAM PARTE DAS COMEMORAÇÕES

▼ LUIZA NOVETTI/MC

As comemorações de final de ano do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região tiveram início no dia 3 de dezembro, com a tradicional Missa Natalina do órgão. A celebração foi realizada pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Giovanni d'Aniello.

No momento da Liturgia Eucarística, flores foram levadas até o presépio montado no Salão Nobre. O ato teve como objetivo simbolizar os presentes ofertados ao Menino Jesus por ocasião de seu nascimento – incenso, mirra e ouro.

Durante a celebração, o presidente do Tribunal, desem-

bargador federal Mário César Ribeiro, dedicou mensagem de Natal aos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal da 1.ª Região. “É uma oportunidade também de juntar nossas vozes e, em uníssono, renovar os sentimentos de fé e esperança; e de agradecer os desejos realizados durante o ano”, anunciou o magistrado.

Além do presidente e de sua esposa, Tereza Cristina, também estiveram presentes à celebração os desembargadores federais Catão Alves, Olindo Menezes, Ítalo Mendes, Maria do Carmo Cardoso, Neuza Alves, Mônica Sifuentes, Reynaldo Fonseca, Osmar Tognolo e Carlos Fernando Mathias –





Missa Natalina marca o início das comemorações de final de ano no TRF/1.ª Região

desembargadores federais aposentados – ; o juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão; juízes federais; o diretor-geral da Secretaria, Roberto Cavalcante; o secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira; dirigentes, servidores da Casa e convidados.

Em continuidade à programação, dos dias 10 a 19, o TRF recebeu a 9.ª edição da TRF Mix, feira que reúne produtos artesanais, bijuterias, peças de tricô e crochê, além de gulo-

seimas como *cupcakes*, pães-de-mel e biscoitos natalinos, produzidos por artesãos de Brasília.

Márcia Lucchesi, de 49 anos, foi uma das expositoras da feira. A artesã trouxe um trabalho único para a mostra, camisetas infantis personalizadas com nomes. Ela, que foi professora, contou que sempre gostou de presentear os alunos e, com o passar do tempo, se identificou mais com a produção e personalização das camisetas. “É uma técnica



Ao lado, a 9.ª Edição da TRF Mix reuniu artigos que agradaram os frequentadores. Abaixo, Márcia Lucchesi, expositora da TRF Mix, com sua camiseta personalizada





RAMON PEREIRA

Ação solidária do TRF na Casa Menino Jesus

“Que os sonhos de hoje, em breve, se transformem em realidade; que o Espírito Santo possa brilhar nos corações de todos, trazendo a luz de sua glória, revelando a esperança de que o amor pregado por Jesus Cristo é verdadeiramente o caminho que nos conduz à felicidade. Um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações!”

Votos do presidente Mário César Ribeiro aos magistrados, servidores e colaboradores da Primeira Região

que eu mesma inventei. Escrevo o nome das crianças com a mesma tinta que uso para fazer as estampas, o que torna a impressão duradoura, além de não desbotar”, contou Márcia, participante da TRF Mix pela primeira vez.

Uma das bancas que mais agradou o público feminino foi a de bijuterias. Dirlene de Faria, servidora da Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep), prestigiou a feira. “Todo ano eu venho e compro. Além de ter coisas lindas e baratas, tem uma função importante: a de dar oportunidades aos artesãos”, opinou Dirlene. Para ela, a feira poderia acontecer várias vezes no ano. “Acho que seria legal fazer feiras temáticas. Nas festas juninas, por exemplo, ou só com alimentos naturais”, sugeriu.

O TRF promoveu também atividades de cunho social. A Árvore da Solidariedade reuniu todos que queriam doar, além de presentes, a felicidade do Natal. A Casa Menino Jesus e a UTI Neonatal do Hospital Regional de Santa Maria receberam a visita de 30 pessoas do Tribunal e do Coral Habeas Cantus, no dia 12 de dezembro, que fizeram a entrega de 200 brinquedos arrecadados no órgão.

Maria Ângela Paes, encarregada do Setor de Serviço

Social (Setsoc), foi uma das doadoras que fez questão de participar da entrega dos presentes. “Acho que o maior valor que temos hoje em dia é o tempo. Por isso acho importante ir lá e participar deste dia; além de nos inserirmos na realidade deles, saímos de lá energizados”, garantiu Ângela, que também faz parte do Coral Habeas Cantus.

E foi o próprio Coral o responsável pelo encerramento das comemorações de final de ano do TRF da 1.ª Região. No dia 13 de dezembro, o grupo apresentou-se nos edifícios da Seção Judiciária do Distrito Federal e do TRF. Rosângela Evangelista, analista judiciária da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor), assistiu à apresentação no Edifício-Sede II do TRF. “Iniciativas como essa são muito importantes porque acabam integrando as pessoas”, opinou Rosângela.

Kélvia Holanda, da Divisão de Assistência de Negócios (Diane), concordou com Rosângela. “Com essa apresentação, ficamos todos reunidos pelo clima do Natal”, conta a prestadora de serviços que assistia pela primeira vez à apresentação de um coral. ■



Apresentação do Coral Habeas Cantus no Edifício-Sede I do TRF encerrou as comemorações de final de ano

Instalada mais uma vara federal em Cáceres/MT

INAUGURAÇÃO MARCOU A ABERTURA DO CALENDÁRIO DE INSTALAÇÕES DE VARAS FEDERAIS EM 2013

IVANI MORAIS

No dia 25 de janeiro o presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, instalou a Segunda Vara Federal da Subseção Judiciária de Cáceres, município localizado no interior do estado de Mato Grosso, no coração do Pantanal mato-grossense, na fronteira com a Bolívia. O evento marcou a abertura do calendário de instalações de varas federais do ano de 2013 na Primeira Região da Justiça Federal, que prevê a inauguração de 19 varas federais criadas pela Lei n.º 12.011/2009 até o final do mês de dezembro deste ano. "É com redobrada alegria que entregamos ao povo de Cáceres mais uma vara federal, a segunda a ser instalada nesta Subseção Judiciária, com o propósito de agilizar a tramitação dos mais de seis mil processos oriundos dos 21 municípios que integram sua área de jurisdição", afirmou o presidente em seu discurso, compartilhando da satisfação do diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Paulo César Alves Sodré, e do diretor da Subseção Judiciária de Cáceres, juiz federal Gustavo André Oliveira dos Santos.

Com a instalação da 2.ª Vara, o acervo processual acumulado ao longo de oito anos, desde a instalação da Vara Única em 2005, será agora distribuído entre as duas unidades judiciárias, o que, segundo o diretor do foro Paulo Sodré, será um importante reforço. "Se ontem nós tínhamos um número x de servidores, hoje nós temos mais 13; se antes nós tínhamos a possibilidade de ter dois juízes federais, hoje nós temos a possibilidade de ter quatro juízes federais, que certamente virão", explicou. "Não tenho a menor dúvida em afirmar que a celeridade processual e o acesso à Justiça aqui serão duplicados".

Para o diretor do foro da Seccional mato-grossense,



todo o esforço para se instalar mais uma vara federal se deve única e exclusivamente ao cumprimento da missão histórica do Poder Judiciário, que é atender o cidadão, entregando ao jurisdicionado uma justiça de qualidade, com celeridade, presteza e eficiência. "Esse cidadão merece ser tratado com respeito, porque essa é a missão histórica do Poder Judiciário; é a missão histórica da Justiça Federal".

Em seu discurso, Paulo Sodré destacou também a importância da Justiça Federal representada pelos números e revelada em dois aspectos resultantes do processo de interiorização em curso na Primeira Região. O primeiro é a capacidade de distribuição de renda por meio dos Juizados



FOTOS: RAMON PEREIRA

Ao lado, os juízes federais Gutavo André e Paulo Sodré, e os desembargadores federais Mário César Ribeiro e Ítalo Mendes
Acima, autoridades que integraram a mesa atentos ao hino da Justiça Federal entoado pela servidora Rita Cassia, da Seccional de Mato Grosso

Especiais Federais (JEFs). “Muitas pessoas que poderiam pleitear seus direitos na capital não vão pela distância; então, quando se implanta uma vara no interior, você aumenta a capacidade de distribuição de renda em função dos benefícios concedidos (...) isso dinamiza e movimenta a economia local pelo seu efeito multiplicador”. E o segundo aspecto diz respeito à pacificação social. O magistrado considera um grande diferencial da vara federal de Cáceres essa possibilidade, dado que o município faz fronteira com a Bolívia. “Uma vara distante 90 km da faixa de fronteira tem um potencial muito grande de ser um propulsor no combate ao crime organizado”. Apesar de entender que o

Poder Judiciário não tem a responsabilidade de combater o crime organizado, o que, segundo ele, é papel da Polícia e do Ministério Público, o diretor do foro ressalta a importância que representou para o país a chegada da Justiça Federal em Cáceres. “Se aqui é a porta de entrada para o tráfico de drogas em sua modalidade internacional, se a gente ao menos não consegue fechar, consegue amenizar e contribuir para a pacificação social, ela se torna importante para a região, para o estado e para o Brasil”, afirmou.

Essa importância foi evidenciada nas breves palavras proferidas pelo desembargador federal Ítalo Mendes, que compôs a mesa de honra. Convidado a manifestar-se da



Público presente à solenidade

tribuna, o magistrado, que se declarou honrado com o convite, fez uma reflexão sobre o papel histórico de Cáceres na região e destacou o reconhecimento do Tribunal a essa condição. “Em menos de um ano o nosso Tribunal inaugurou a sede da Subseção Judiciária de Cáceres e hoje inaugura a Segunda Vara Federal; isso representa o compromisso da Justiça Federal com a população carcerense”. E concluiu: “vejo nessa instalação o resgate memorial do povo de Cáceres, mas, acima de tudo, em nome desse resgate, a Segunda Vara representa o compromisso com o futuro das pessoas desta região”.

O diretor da Subseção Judiciária de Cáceres, juiz federal Gustavo André Oliveira dos Santos, que responderá pelas duas varas da Subseção até que seja nomeado o titular da 2.ª Vara, assume os trabalhos com grande expectativa. “O acervo em Cáceres já demandava há muito tempo o implemento de uma segunda unidade jurisdicional (...) então, a expectativa é que haverá um incremento no acesso à justiça, novos servidores chegarão e tudo isso vai repercutir positivamente nos trabalhos da Subseção”, explicou.

Ele também reforçou a condição “diferenciada” da Subseção Judiciária de Cáceres ao explanar sobre a realidade da vara em relação às demais, considerando “a quantidade de processos, a natureza diversificada e a complexidade

desses feitos”. Segundo o magistrado, dentro da Primeira Região, a Subseção de Cáceres é a que possui a maior quantidade de processos de natureza criminal, entre as varas de competência geral. São aproximadamente 1.500 feitos dessa natureza, relativos a tráfico de entorpecentes, crimes ambientais, contrabando e descaminho, tráfico de armas, evasão de divisas, crimes contra a administração pública, entre outros, além dos feitos cíveis de todas as classes e dos Juizados Especiais Federais, com suas peculiaridades. “A diversidade de matérias e de procedimentos é evidente”. Só para exemplificar, Gustavo André relatou que nos últimos quinze meses foram realizadas perto de 1.000 audiências apenas nos JEFs, sem considerar as audiências criminais.

Com a instalação da 2.ª Vara Federal e a chegada da força de trabalho de mais 13 servidores empossados e removidos momentos após a solenidade de instalação, o diretor da subseção judiciária comemora. “Acho que podemos sonhar com uma Justiça Federal em Cáceres cada vez mais próxima da ideal distribuição de Justiça”, concluiu assim seu discurso.

A Segunda Vara, que terá competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, vai funcionar nas amplas instalações da nova sede da Subseção Judiciária de Cáceres, inaugurada em maio do ano passado, até que



Autoridades ao lado dos servidores recém-empossados

a construção do novo prédio anexo à sede seja efetivada em dezembro de 2013, data prevista para que a nova vara possa funcionar em condições ideais.

Na ocasião, o presidente Mário César Ribeiro afirmou ainda ser um misto de alegria e também de preocupação a instalação de uma subseção judiciária ou uma nova vara federal. “A alegria repousa na importância da concretização do processo de interiorização da Justiça Federal, que fica cada vez mais próxima do cidadão, trazendo inúmeros benefícios à comunidade (...) e a preocupação reside no fato de que esse aumento considerável da base está ocorrendo sem a necessária ampliação da força de trabalho do segundo grau”.

“Isso tem trazido dificuldades crescentes ao Tribunal, uma vez que os processos que lá aportam avolumam-se em progressão geométrica, o que impacta negativamente na celeridade desejada, impedindo a necessária rapidez que devemos imprimir ao julgamento dos recursos”.

Para o presidente, a solução para esse quadro preocupante passa pela ampliação do número de desembargadores federais, pleito contemplado em anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho da Justiça Federal e que aguarda aprovação do Superior Tribunal de Justiça. “(...) Tais dificuldades não nos fazem esmorecer, pois elas não têm o poder

de anular nossos sonhos, uma vez que esses é que nos estimulam a avançar nessa caminhada; entre eles reside a esperança de que, em breve, se possa ver ampliada nossa Corte (...) para que possamos oferecer uma justiça célere e ajustada ao tempo em que vivemos: moderna e integrada à comunidade”.

Compuseram a mesa de honra também o prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz, o representante do presidente da Câmara Municipal, vereador Márcio Lacerda, o desembargador federal I'talo Mendes, a representante do Tribunal de Justiça de MT, diretora do Fórum da Comarca de Cáceres, Lamisse Roder Correa, o representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil, juiz federal Pedro Francisco da Silva, e o presidente da OAB/Subseção Cáceres, Eduardo Sortica de Lima.

Prestigiaram a solenidade, entre outras autoridades, os juízes federais Carlos Augusto Pires Brandão, em auxílio à Presidência do TRF, e Raphael Cazelli, da Seccional do Oiapoque; o diretor-geral do TRF, Roberto Elias Cavalcante; o secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira; o presidente da Comissão de Instalação de Novas Varas do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra, e a diretora da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Mato Grosso, Maria Cecília Custódio. ■

Dirigentes debatem medidas para melhorar estatística da Primeira Região

O TRF DA 1.ª REGIÃO ADOTARÁ FERRAMENTA DE BI (*BUSINESS INTELLIGENCE*) PARA UNIFICAR DADOS ESTATÍSTICOS E GARANTIR SUA FIDEDIGNIDADE

THAINÁ SALVIATO

O presidente do TRF da 1.ª Região, Mário César Ribeiro, reuniu-se, no dia 29 de janeiro, com desembargadores, juízes auxiliares, gestores estratégicos e secretários para tratar da estatística da Justiça Federal da Primeira Região. Durante o encontro (foto) foram apresentados os relatórios estatísticos oficiais exigidos do Tribunal: o Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o Transparência em Números e o Justiça Aberta, ambos do Conselho da Justiça Federal (CJF). Também fizeram parte da pauta as metas estabelecidas pelo CNJ para 2013, os indicadores do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e a situação atual dos dados estatísticos do TRF1.

Em análise crítica dos dados apresentados pelos relatórios oficiais de 2012, a Presidência identificou que os números não correspondem à realidade de produção do TRF da 1.ª Região. “Dados constantes do relatório Índice de Desempenho da Justiça (IDJus) foram coletados de relatórios oficiais de 2010 não consistentes. Por exemplo, enquanto nós tínhamos registrado 392 juízes federais, naquele relatório constavam mais de 600 magistrados. Essa reunião tem por objetivo tratar exatamente dessas falhas que foram encontradas, bem como apresentar as medidas que estão sendo adotadas para retificar os dados e representar melhor o trabalho realizado pelo tribunal”, explicou o presidente Mário César Ribeiro.

A diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional, Bárdia Tupy, destacou que os dados estatísticos são importantes tanto para o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ quanto para a alimentação dos relatórios oficiais. “Estamos propondo melhorias no nosso sistema, com propostas de novos relatórios que já

tinham sido iniciados em outra gestão, mas que só agora estão sendo implantados. Estamos fazendo um saneamento na base de dados e unificando esses dados para que tenhamos um banco fiel à produção da Primeira Região, tanto na parte processual quanto na utilização de recursos no campo da administração”, ratificou Bárdia Tupy.

Sérgio Carlos Tres e Silva, diretor da Divisão de Estatística (Diest), apresentou as medidas adotadas para sanar os erros encontrados e explicou que são vários os objetivos a serem atingidos, entre eles os relativos às



metas e à alimentação dos bancos de dados do CNJ e do CJF com dados exatos e fidedignos. Segundo ele, esta tarefa é importante, pois pode representar orçamento a mais ou a menos para o Tribunal, além de representar, fiel e publicamente, o trabalho realizado pela Justiça Federal da Primeira Região. “Para melhorar esses pontos temos alguns instrumentos e um deles é o *Business Intelligence* (BI), adquirido há algum tempo pelo Tribunal, mas que ainda não estava funcional. Trata-se de uma ferramenta que faz a consolidação de dados de diferentes origens e realiza somas, gera totais, agrega colunas e produz relatórios”, anunciou Sérgio. Ele explicou que a ferramenta está em fase de validação, mas a previsão é que esteja funcionando e liberada para os gabinetes do TRF já em fevereiro. “O programa ficará disponível não só para gabinetes, mas para todas as varas, seções e usuários dos estados, com dados corretos e unificados. A partir daí será possível extrair os dados da base de forma mais simples, rápida e correta”, completou Sérgio (vide entrevista Entrevista).

Para o desembargador federal Reynaldo Fonseca, outra forma de solucionar as diferenças estatísticas é implementar o relatório de tramitação ajustada também

no segundo grau. “Nesse ponto temos o procedimento exemplar da estatística da primeira instância, que tem como indicar quantos processos estão em tramitação efetiva, quantos estão sobrestados, etc. Se tivermos esse dado, o desembargador Mário César saberá, por exemplo, quantos processos são da responsabilidade da Presidência e quantos estão sob responsabilidade de seu gabinete. É um dado muito importante para a gestão processual, pois a correção dos dados estatísticos facilita, inclusive, a busca por processos que poderão ser objeto de conciliação”, frisou Reynaldo Fonseca.

O representante do TRF da 1.ª Região na Subcomissão Nacional de Metas da Justiça Federal, desembargador federal Ítalo Fioravante Mendes, sugeriu a realização de reuniões periódicas para o acompanhamento das metas do CNJ.

Também foram discutidos outros pontos relativos aos dados estatísticos da Primeira Região, como lançamentos divergentes no sistema e unificação da tabela de partes.

Presenças

O vice-presidente, Daniel Paes Ribeiro; os desembargadores federais Ítalo Mendes e Reynaldo Fonseca; os juizes federais em auxílio à presidência, Carlos Augusto Pires Brandão e Marcos Augusto de Sousa, e à corregedoria, Lincoln Rodrigues de Faria; o diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante; o secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira; o assessor especial da Presidência, Mário Júlio; o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Roberto Petruff; a diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Maria do Carmo Cezário Corrêa; a diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi), Ionice de Paula Ribeiro; a assessora de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret), Gislaine Terezinha Fonseca dos Santos Serralvo; o diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor), Carlos Frederico Maia Bezerra; a coordenadora de Execução Judicial (Corej), Leila Maria Moreira; a diretora da Secretaria Judiciária (Secju), Rosona Monori; o diretor da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Tito Antonio Revoredo Guerra; a diretora da Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão (Diget), Mariana Gomide Madruga; e a diretora da Coordenadoria de Recursos (Corec), Reinata Heliena da Silva de Freitas. ■





Ter ou não ter: há a questão?

Trataremos este mês do emprego do verbo **ter** em lugar de **haver**, apresentando a norma prevista – para reavivar a lembrança – e uma pequena reflexão sobre o motivo da confusão entre os verbos em formato pergunta-resposta.

1-Por que as gramáticas desaconselham o uso do verbo **ter** no sentido de existir? De onde vem a confusão?

Os verbos **ter** e **haver** alternam-se como verbo auxiliar, formando locução verbal.

Tinha chegado muito atrasado ou Havia chegado muito atrasado.

Havíamos comprado livros ou Tínhamos comprado livros.

Como verbo principal, o verbo **haver** pode ser empregado no sentido de existir. Por ser impessoal nesta acepção, só é empregado na 3ª pessoa do singular.

Existem muitas pessoas felizes no mundo/Há muitas pessoas felizes no mundo.

O falante desenvolve o seguinte raciocínio:

Se ter = haver e haver = existir, logo ter = existir

Sem se dar conta de que a equivalência entre ter e haver se estabelece como verbos auxiliares e entre haver e existir, como verbos principais, o falante cria uma correspondência que não está prevista pela gramática entre os sentidos dos verbos principais ter e existir.

2-Por que há tantos empregos literários de formas condenadas pela norma-padrão?

O texto literário observa, além do sentido e como parte constitutiva dele, elementos que extrapolam o nível gramatical,

como sonoridade, musicalidade, emprego da linguagem de maneira inabitual, plurissignificação dos vocábulos. Em outras palavras, o texto literário anda de braços dados com a conotação, com o sentido figurado. Além disso, muitas vezes os autores optam por usos populares para estabelecer ligação, identidade com o leitor, para retratar com mais fidelidade o falar de determinada comunidade e por eufonia. Só para exemplificar:

Tem dias que a gente se sente/ Como quem partiu ou morreu/ A gente estancou de repente/ Ou foi o mundo então que cresceu (...). (Roda Viva, Chico Buarque, 1968.)

O emprego do verbo **ter**, quando o padrão exige o **haver**, justifica-se pelo tom de coloquialismo presente em toda a canção: só no primeiro verso já se verifica a seleção da forma popular “a gente” em lugar de “nós”. Além disso, a composição de poemas e músicas procura atentar tanto para o sentido quanto para a sonoridade das palavras, observando ainda o número de sílabas poéticas, que pode ser alterado ao se realizar a substituição por outra, caso do poema abaixo.

Tinha uma pedra no meio do caminho.

No meio do caminho, tinha uma pedra.

(No meio do caminho, Drummond, 1928).

3-No contexto da redação oficial, ou da elaboração de texto científico, ou em uma situação de concursos, que uso privilegio?

Sem dúvida, ao elaborar documentos de redação oficial, como memorandos, ofícios, acórdãos e textos científicos – que devem primar pela precisão, impessoalidade, linguagem denotativa –, ou participar de certame para aferição de conhecimentos da norma culta da língua, é mais adequado, formal e elegante empregar, no sentido de existir, o próprio verbo existir ou o verbo impessoal haver, acepção em que este se torna invariável. ■





ESTUPRO É APENAS PARTE DO QUE ENFRENTAM AS MULHERES NA ÍNDIA

A Índia pode ser a maior democracia do mundo. Mas o brutal estupro e assassinato de uma universitária de 23 anos em Nova Déli expõe um lado mais sombrio da Índia moderna, onde nem todas as vidas têm valor igual. Os ferimentos repugnantes que sofreram e a natureza aleatória do ataque levaram milhares de pessoas às ruas em protesto espontâneo contra uma cultura na qual os abusos contra as mulheres são muitas vezes tolerados por indivíduos, instituições e governos.

Folha de S. Paulo
05/janeiro/2013

OBAMA PRESSIONA CONGRESSO COM PLANO DE RESTRIÇÃO A ARMAS

O presidente americano, Barack Obama, lançou um ambicioso pacote de medidas para aumentar o controle de armas nos Estados Unidos, abrindo caminho para o que promete ser um longo confronto com ativistas pelo direito de portar armas. Obama pede a proibição da venda de armas de combate e de pentes com grande capacidade de munição, assim como maior rigor na verificação de antecedentes de compradores de armas.

Estadão.com.br
16/janeiro/2013

GUERRA MUNDIAL

O norte da África virou novamente palco de um conflito global. Tropas francesas lutam contra militantes islâmicos no norte do Mali para deter o avanço dos jihadistas. Em represália, outro grupo jihadista comandado por um argelino treinado e testado no Afeganistão sequestrou dezenas de ocidentais (americanos, britânicos, japoneses, um francês, um irlandês, um austríaco, argelinos) de uma das maiores instalações de gás da Argélia, explorada por multinacionais, além de ser fonte de energia à Europa. Embora a dimensão desse conflito seja global, não existe uma ação global sustentada e eficiente para resolvê-lo.

Folha de S. Paulo
17/janeiro/2013

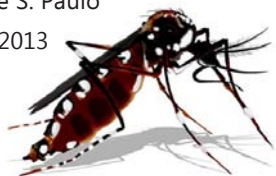


SHUTTERSTOCK

DENGUE FAZ CAMPO GRANDE ENTRAR EM ESTADO DE EMERGÊNCIA

A segunda morte em decorrência da epidemia de dengue, que começou no início do ano em Campo Grande (MS), foi confirmada na segunda-feira (21), com o registro de quase 500 casos por dia". No total são 9.320 casos confirmados neste mês. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, janeiro pode fechar com quase 16 mil casos confirmados, mesma marca de janeiro de 2007, um recorde. Bernal também citou falta de remédios para o tratamento de doentes.

O Estado de S. Paulo
22/janeiro/2013



TRAGÉDIA DE SANTA MARIA É 3ª MAIS FATAL EM BOATES DA HISTÓRIA

O incêndio que matou pelo menos 231 pessoas em uma casa noturna de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, é o terceiro mais fatal do tipo no mundo, segundo uma lista de dez incidentes semelhantes, em locais de agremiação de público, compilada pela Associação Nacional de Proteção Contra Incêndios dos Estados Unidos (NFPA, na sigla em inglês).

BBC Brasil
27/janeiro/2013

'APESAR DOS PESSIMISTAS, IREMOS CRESCER', DIZ DILMA

A presidente Dilma Rousseff disse que a economia brasileira vai crescer e gerar empregos em 2013, "apesar dos pessimistas". De acordo com ela, o país vai "buscar todas as oportunidades" possíveis para garantir o crescimento econômico neste ano. A afirmação foi feita durante a cerimônia de entrega de unidades habitacionais na periferia de Teresina, capital do Piauí. Na ocasião, Dilma também falou sobre a importância de o país expandir a produção de petróleo e gás natural.

O Globo
18/janeiro/2013





FOTOS RAMON PEREIRA



Arte em Gesso

BRUNO BANDEIRA/ MC

A exposição "Arte em Gesso", da artista plástica Marta Selvero, fechou o ciclo de exposições do Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região em 2012. A artista reuniu, de 3 a 7 de dezembro, exemplares de peças religiosas esculpidas em gesso.

Sagrada família, São Jorge e São Francisco de Assis foram algumas das obras que compuseram a mostra barroca "Arte em Gesso". O estilo, que surgiu no final do século XVII e meados do século XVIII, inspira Marta a criar o trabalho. Há oito anos ela confecciona peças do universo que fez parte de sua infância. "Meus pais sempre foram muito religiosos e passaram para mim todos os ensinamentos que uma pessoa precisa ter para alcançar a paz espiritual", revelou a artista. "O barroco foi a descoberta da minha arte", enfatizou. ■

Contato: martaselvero@hotmail.com





Valorosos auxiliares da Justiça brasileira

Em conciliábulos atuam esforçados futuros operadores técnicos do Direito. Sabiamente, optaram por servir para crescer, em vez de buscar o crescimento no serviço remunerado. Preferiram o exercício do civismo a uma contrapartida estipendiária. Bem asseveram os experientes que mais vale a gratificante sensação do dever cumprido do que uma comprida pecúnia.

Sobejas motivações há para entusiasmar-se com a presença fecunda e produtiva dos estagiários. Abnegados, diligentes, operosos, dedicados, eficientes, zelosos, aplicados, inteligentes, auspiciosos, arrojados, contentes e laboriosos enfrentam a maré-montante de demandas oriundas do sertão. Côncios das tarefas inerentes ao seu compromisso.

Teoréticos saberes se complementam com a praxe. Com efeito, sem a sedimentação na vivência, os conhecimentos hauridos na banca universitária servem, tão somente, aos nefelibatas. Convinhável, destarte, que alunos se compenetrem e invistam no estágio, pouco importando com a retribuição por bolsas. Deveras, os mais aptos candidatos a carreiras jurídicas são os ex-estagiários.

Alvissareiros resultados vêm sendo colhidos na Justiça brasileira, mercê do apoio dos estudantes. Superam estes aqueles que afugentam o ócio estipulando metas ou procedendo a cotejos de dados estatísticos. E também os pseudobenemerentes doadores de verbas ao governo para construir obras que não se erigem com os tributos. Oxalá, que os dirigentes de cúpula venham a enxergá-los!

Gáudio e satisfação obtêm tantos quantos se envolvem nas medidas assépticas que precedem a providência jurisdicional. Bem discorre RÉGIS DE OLIVEIRA: “o juiz deveria ser como o médico que apenas realiza a operação após criterioso exame dos resultados laboratoriais. Toda a parte de assepsia, de preparação, de abertura do local da operação e sutura deveria ser trabalho de auxiliares” (in ‘O Juiz na Sociedade Moderna’, São Paulo, FTD, 1997, p. 86). Constitui o mourejo voluntário a mais significativa demonstração de solidariedade. Encômios se lançam àqueles que se prontificam em colaborar, disponibilizando porção de seu tempo em prol dos jurisdicionados.

Inspirados de um senso progressista, professores incentivam seus discípulos a procurar estágios. E o fazem alinhados a uma concepção eficaz da didática na perspectiva pedagógica moderna. A propósito, preleciona o estrênuo educador PAULO FREIRE: “O de que se precisa é possibilitar que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica.” (in ‘Pedagogia da Autonomia’, São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 39).

Ávidos pelo aprendizado esedentos por compreender a labiríntica processualística, assistem à liturgia e ao rito de uma audiência. Assimilam o procedimento do interrogatório, da coleta de depoimentos, da oitiva de testigos, da acareação, da trasladação do intérprete. Entendem a documentação de cada ato, bem assim a dinâmica e o funcionamento do sistema operacional.

Reconhecendo esse quadro, dentro de um contexto no qual a interação acadêmica e institucional deve ser apoiada, enaltece a Sétima Laborativa (építeto com que foi contemplada a 7.^a Vara da SJPI) o ingresso dos estagiários voluntários. Engrandecem, enriquecem, fortalecem os quadros dos integrantes dessa unidade judiciária. Muito se tem a verbalizar em louvação e enaltecimento. “Vou levando a louvação, louvação, louvação, louvando o que deve ser louvado, louvando o que bem merece...” (TORQUATO NETO, 1944-1972). Sempre “é momento de ressaltarmos a importância da colaboração de cada estagiário em nosso sagrado dever de prestar um trabalho de excelência ao nosso jurisdicionado, pois todos integram essa força de trabalho, que nos ajuda a desenvolver com presteza e qualidade as atividades judicantes”, como eloquentemente assertivado pelo presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, desembargador federal MÁRIO CÉSAR RIBEIRO (em mensagem dirigida àqueles colaboradores em 18 de agosto, Dia do Estagiário).

Impressiona o grau de solidário engajamento desses jovens, que no porvir identificar-se-ão, proficua-mente, como magistrados, promotores, procuradores, defensores, consultores, servidores. Mobilizados por um vivo interesse de contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça brasileira, despojado de aspirações filiauciosas, atendem satisfatoriamente ao preconizado pela lei federal n.º 9.608/1998 (serviço voluntário).

O laboratório da ciência jurídica se hospeda no

fórum. Do inolvidável Mestre ROBERTO LYRA, reporta-se a comentário abalizado: “O estágio devia ser o meio de prover à transição entre o curso e o exercício profissional. (...) preciso atrair, desde logo, para o Foro, as grandes vocações anuladas por todas as hostilidades, e o meio para tanto parecia-me ser encaminhadas, desde logo, às atividades práticas, permitindo-lhes a revelação.” (in ‘Guia do Ensino e do Estudo de Direito Penal’, Rio de Janeiro, Forense, 1956, p. 409/413).

A quem vier a questionar estrita observância da legalidade no recrutamento e aproveitamento da força varonil de trabalho, comporta ponderar que o argumento contrário constitui, nas densas e expressivas palavras do mais douto jurista universal, “a prova cabal de que a humanidade se divide em dois campos: o dos que pensam nos outros e o dos que só pensam em si.” (PONTES DE MIRANDA, in ‘Comentários à Constituição de 1967 com a emenda nº1 de 1969’, tomo VI, Rio de Janeiro, Forense, 1987, p. 352). Que se ouça e escute o presente testemunho! ■

* Magistrado há mais de vinte e um anos. Atualmente, está no cargo de juiz federal, titular da 7.^a Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí.
(geraldomeneses@trf1.jus.br)

MARANHÃO

Justiça Federal anula cláusula do edital de duplicação da BR 135

▼ POR SÔNIA JANSEN - SECOS/MA

A 5.^a Vara da Justiça Federal no Maranhão anulou a Cláusula 13.4.c.2 do Edital de Concorrência Pública n.º 087/2012-15, do DNIT, que compreende os serviços de duplicação do primeiro trecho da BR 135, entre Campos de Perizes e Bacabeira. A decisão foi proferida no dia 13 de dezembro de 2012.

Ao apreciar o pedido da empresa Equipav Engenharia, o juiz federal José Carlos Madeira destacou que a cláusula do edital de concorrência 13.4.c.2, que tratava da capacidade técnica dos licitantes, se mostrava restritiva ao caráter competitivo do procedimento licitatório, possibilitando uma espécie de reserva de mercado para algumas empresas.

A sentença esclarece, baseada no Parecer do Tribunal de Contas da União n.º 030.882/2012-5, que nenhuma das empresas participantes da licitação conseguiu preencher as exigências do edital, tendo o DNIT flexibilizado sua posição, passando a aceitar atestados dos serviços que ele entendeu como similares e de mesma complexidade executiva.

Ao adotar essa posição de flexibilização dos atestados dos serviços similares, o DNIT aceitou os atestados de dreno vertical de areia e de geogrelha de 200 KN/m, apresentados pelo Consórcio Serveng Civilsan/Aterpa, deixando de aceitar também os atestados de estacas hélice contínua e manta geotêxtil, apresentados pela empresa Equipav Engenharia. Posição que, segundo a sentença da 5.^a Vara, não foi tecnicamente adequada, contrariando a lei de licitações e a Constituição Federal.

Por decorrência dos critérios estabelecidos pelo DNIT, o Consórcio Serveng Civilsan/Aterpa foi declarado vencedor com a proposta de R\$ 354.699.315,00, enquanto a empresa Equipav Engenharia apresentara proposta de R\$ 345.252.591,47.

Com a decisão da Justiça Federal, a concorrência para contratação de empresa para a duplicação do primeiro trecho da BR 135 volta à fase de abertura dos envelopes, com as respectivas propostas comerciais.

O juiz conclui a sentença destacando que o fato de a obra ter sido iniciada não se mostra relevante sob o aspecto estritamente jurídico para a convalidação das irregularidades constatadas na licitação; nem mesmo o fato de a obra ser

de vital importância para o crescimento socioeconômico do estado do Maranhão, e especialmente do município de São Luís, pode ser apontado como fato relevante para manter o prosseguimento da obra, pois a Administração deve sempre respeitar o princípio da moralidade administrativa.

Por perceber indícios de irregularidades na Concorrência Pública n.º 087/2012-15, o juiz federal José Carlos Madeira determinou a extração de cópias do processo para encaminhamento ao Ministério Público Federal, que poderá mover ação civil pública para anulá-la.

Entenda melhor o caso:

O DNIT lançou, em meados deste ano, o Edital de Concorrência Pública n.º 087/2012-5, com objetivo de contratação dos serviços necessários para execução das obras de duplicação da BR 135, trecho Campo de Perizes – Bacabeira. Ao cuidar da qualificação das empresas interessadas em participar da licitação, o Edital fixou, entre outras, a exigência de a licitante comprovar a execução a qualquer tempo de obras rodoviárias de complexidade equivalente ou superior ao objeto da licitação (Cláusula 13.4.c.2).

Inconformada com essa exigência, a empresa Equipav Engenharia impetrou mandado de segurança e obteve liminar para ter sua proposta examinada pela Comissão de Licitação. Aberto o envelope, constatou-se que a proposta da empresa Equipav Engenharia era de R\$ 345.252.591,41. O consórcio Serveng Civilsan/Aterpa interpôs recurso de agravo de instrumento junto ao TRF da 1.^a Região, em Brasília, cuja decisão reformou liminar da 5.^a Vara. A proposta do consórcio Serveng Civilsan foi declarada vencedora com o valor de R\$ 354.699.315,02, dando-se a celebração do contrato com o DNIT. A empresa Equipav Engenharia promoveu representação contra o DNIT junto ao TCU, sustentando a ocorrência de irregularidades na contratação do consórcio Serveng Civilsan/Aterpa.

A sentença da 5.^a Vara Federal julga em definitivo o caso na primeira instância, mas o DNIT e o consórcio Serveng Civilsan/Aterpa podem recorrer ao Tribunal Federal em Brasília. ■

Processo n.º 0025194-72.2012.3.4.01.3700

PARÁ

Suspensa decisão da Aneel que perdoou indenização a consumidores

▼ POR PAULO BEMERGUY - SECOS/PA

Decisão liminar da Justiça Federal em Belém determinou a suspensão imediata dos efeitos de decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que perdoou o pagamento de indenizações devidas aos consumidores pela Centrais Elétricas do Pará (Celpa), por interrupções no fornecimento de energia.

O perdão das dívidas abrangia pagamentos de 2012 a agosto de 2015 e, segundo o Ministério Público Federal (MPF), poderia representar prejuízo de até R\$ 300 milhões aos paraenses. A decisão da juíza federal substituta da 1.ª Vara, Carina Senna, foi proferida no dia 19 de dezembro.

Na ação civil pública que propôs perante a Justiça Federal, o MPF ressaltou que a Resolução Normativa n.º 3.731, de 30 de outubro deste ano, expedida pela Aneel, permitiu que a Equatorial S/A, ao assumir o controle da Rede Celpa, deixasse de compensar os consumidores em relação às chamadas transgressões de indicadores individuais de continuidade (DIC, FIC e DMIC) e de nível de tensão em regime permanente (DRP e DRC). A Equatorial pediu que tal compensação fosse abatida dos investimentos que faria para recuperar a Rede Celpa, alegando ainda que tal abatimento não prejudicaria financeiramente os consumidores, pois o montante seria destinado à conta de “obrigações especiais”.

O MPF argumentou, no entanto, que a necessidade de pagamento de compensações financeiras por interrupções no fornecimento de energia é estabelecida por critérios técnicos da Aneel. Quando o número de interrupções é maior que o estabelecido como limite mínimo de qualidade, a distribuidora deve compensar financeiramente os consumidores.

A compensação, segundo o Ministério Público, deve ser automática, e deve ser paga em até dois meses após o mês em que houve a interrupção, como um desconto na conta. Em 2011, conforme levantamentos do MPF, houve compensações de R\$ 385 milhões em todo o país, sendo que 23% desse total, ou R\$ 88 milhões, foram pagas pela Celpa a consumidores paraenses, os que mais receberam indenizações em todo o país.

Sem autorização - Na decisão, a juíza Carina Senna diz que a Aneel, na condição de agência reguladora, não tem autorização legal para decidir sobre valores devidos a cada consumidor, a título de multa oriunda de transgressões como as interrupções no fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias. Para a magistrada, a Aneel não poderia, portanto, emitir resolução permitindo que os referidos valores sejam utilizados pelas próprias concessionárias a título de “investimentos no setor de energia elétrica no Estado do Pará” e, posteriormente, convertidos em “obrigações especiais”, sob o argumento de que tais valores, utilizados como investimentos, favoreceriam a recuperação da Rede Celpa.

A decisão ressalta que, com o ato de perdão da dívida da Equatorial e da Rede Celpa, “a Aneel, por via transversa, acabara permitindo que aquelas possam transgredir os limites dos indicadores individuais de continuidade (DIC, FIC e DMIC) e os limites dos indicadores de nível de tensão em regime permanente (DRP e DRC), uma vez que o referido perdão alcança as multas que porventura seriam aplicadas por esses tipos de transgressões até agosto de 2015, o que é inaceitável”.

Segundo a juíza federal, “é ônus de toda empresa que está adquirindo outra que, por sua vez, está se submetendo a um processo de recuperação judicial, a assunção de toda a dívida contraída por esta; assim como a assunção dos riscos inerentes ao negócio engendrado, e, ainda, a assunção dos investimentos necessários, com recursos próprios, na melhoria dos serviços prestados por ela ao seu público-alvo, em decorrência de tal negócio, cabendo à Administração Pública, se for o caso, o incentivo a tais investimentos através de redução de tributos e outros mecanismos legais, mas não o de tomar para si o que notoriamente não lhe pertence, para incentivar com recursos alheios a condução de um negócio assumido por empresas privadas concessionárias”. ■

Processo n.º 31306-39.2012.4.01.3900.

RONDÔNIA

Juiz federal suspende contrato de 13 milhões entre associação indígena e empresa estrangeira

POB SERPA AMARAL - SECOS/RO

O juiz federal Wagmar Roberto Silva, da 2.^a Vara da Seção Judiciária de Rondônia, concedeu, no dia 14 de dezembro, liminar em favor da União e da Fundação Nacional do Índio determinando a suspensão da execução do contrato n.º 473531-11-PV12, no valor de US\$ 13 milhões de dólares, pagável em trinta parcelas anuais de US\$ 445 mil dólares, celebrado entre a Associação Indígena Awo "Xo" Hwara e a Celestial Green Ventures PLC (empresa de origem irlandesa, com sede em Dublin). Também proibiu o pagamento e o recebimento do valor avençado, inclusive o ingresso e permanência da empresa nas terras indígenas Aldeia Lage Novo, Igarapé Lage, Rio Negro-Ocaia e Igarapé Ribeirão, localizadas no Município de Guajará-Mirim, até decisão em contrário.

Nos fundamentos da decisão, o magistrado disse que o contrato mencionado convencionava a compra de créditos de carbono pela empresa, devendo as comunidades indígenas correspondentes preservar a "propriedade", sob pena de nulidade do contrato, caso não seja possível constatar o crédito de carbono durante a execução da avença. As comunidades indígenas comprometem-se ainda a permitir, com exclusividade, que a empresa possa coletar dados nas respectivas terras para aferição do crédito de carbono esperado, de acordo com metodologias impostas pela empresa.

O juiz limitou-se ao exame de validade do contrato entabulado entre as partes rés à luz da Constituição Federal e do Estatuto do Índio.

Em resumo, o magistrado considerou que a simples leitura do contrato é suficiente para torná-lo nulo. Primeiro porque não há manifestação de vontade em razão da relativa incapacidade civil do índio. Segundo porque as terras indígenas não são de propriedade dos índios, mas sim da União, de modo que ninguém pode dispor daquilo que não lhe pertence. Daí a imprescindibilidade da intervenção e anuência da União. E terceiro porque a exploração das terras é exclusiva dos índios, configurando abusiva a cláusula que impede o uso da terra, dos rios e lagos pelos seus ocupantes tradicionais. ■

Processo n.º: 12239-70.2012.4.01.4100.



BAHIA

Juiz federal de Juazeiro garante o uso de fantasias de enfermeiras por bloco de Carnaval

▼ POR LUIZ GOULART - SECOS/BA

Uma decisão do juiz federal da Subseção Judiciária de Juazeiro, Eduardo Gomes Carqueija, autorizou que o bloco "As Poderosas" utilize no Carnaval de 2013 a fantasia com o tema "Enfermeiras".

A decisão do magistrado, proferida no dia 10 de janeiro, foi exarada na ação civil pública 58-60.2013.4.01.3305, movida pelo Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – COREN contra a empresa responsável pelo bloco "As Poderosas".

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia objetivava, com a ação civil pública, obter uma liminar na Justiça Federal para impedir que o bloco de travestidos utilizasse a fantasia de enfermeira na festa carnavalesca em Juazeiro, ocorrida entre os dias 24 e 27 de janeiro.

Alega o autor que já no cartaz de divulgação o bloco trazia a figura de uma profissional de enfermagem com indumentária sugestiva das usadas pelas enfermeiras. Dizia que esse fato criava uma situação extremamente vexatória a todos os profissionais de enfermagem, associava a imagem das profissionais à prática de atividades eróticas, deturpando as ações de enfermagem tão necessárias perante situações de verdadeiro risco à integridade física do paciente. Pedia medida liminar para impedir que tais supostos danos viessem a ocorrer.

Segundo a decisão do magistrado que denegou o pedido: "A temática do desfile do referido bloco há de ser compreendida no contexto de uma festa carnavalesca, momento de manifestações de alegria as mais diversas, em que o povo abstrai as mazelas cotidianas. É, assim, ambiente propício a piadas, inversões, fantasias, encenações e até protestos. A temática das enfermeiras evoca o imaginário coletivo – e não há medida liminar que o cerceie –, no que toca aos fetiches sexuais. Com essa caracterização de enfermeira dos carnavalescos travestidos, o desfile exporá uma sensualidade grotesca, extremada e caricata, porém, própria do carnaval. Não se assoma nada além disso, tampouco a vaticinada situação vexatória a todos os profissionais de enfermagem ou intenção de denegrir a categoria. O que a petição inicial transborda é, sim, um moralismo repressor e um totalitarismo incompatível com o valor maior da liberdade. A construção de uma sociedade livre ainda é um dos objetivos da República Federativa do Brasil (CF/88, art. 3º, I)."

Continuou o magistrado: "É claro que alguns enfermeiros e enfermeiras se irritarão com o desfile. Essa irritação, porém, é própria do atrito entre os interesses e valores praticados na sociedade e é absolutamente insuficiente para cercear a liberdade dos demais. Lembro-me de Caetano Veloso em 'Um Frevo Novo': É aqui nessa praça que tudo vai ter que pintar. E, por fim, todo mundo na Praça, manda a gente sem graça pro salão. É esse o retrato perfeito da festa". ■

Processo n.º: 58-60.2013.4.01.3305

PARÁ

Sentença rejeita pedido de nulidade da licença prévia de Belo Monte

▼ POR PAULO BEMERGUY - SECOS/PA

A Justiça Federal rejeitou, no dia 21 de janeiro, pedido do Ministério Público para que fosse declarada a nulidade de licença prévia emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que permitiu o início da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu (PA).

Na sentença, o juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, da 9.^a Vara Federal, especializada no julgamento de ações de natureza ambiental, considerou inconsistentes os argumentos do Ministério Público Federal e criticou o excesso de ações judiciais: "A pulverização, dispersão, superposição e não racionalização do ajuizamento de medidas judiciais sucessivas possuem efeito contrário ao de proteção por todos desejado, estimulando-se, ademais, a perpetuação de conflito social na região", diz Arthur Chaves.

Na ação civil pública, o MPF alegou que a hidrelétrica afetará diretamente as terras indígenas de Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna, uma vez que a redução da vazão do rio Xingu, num trecho de 100 quilômetros, por meio da construção de canais de derivação, trará considerável diminuição da possibilidade de navegação, pesca e realização de rituais por parte das comunidades indígenas e ribeirinhas, modificando negativamente seu modo de vida tradicional.

Para reforçar a tese de que o empreendimento afetará áreas ocupadas por índios, o MPF lembrou que o Decreto Legislativo 788/2005 prevê estudo antropológico na área e consulta às comunidades afetadas, bem como o conteúdo do EIA/Rima apresentado pela Eletrobrás, o qual reconhece explicitamente a alteração no modo de vida das populações indígenas e ribeirinhas.

"Fragil" – O magistrado entendeu que as alegações do MPF não comprovaram ilegalidade ou inconstitucionalidade na outorga da licença prévia. Ele classificou de "demasiado frágil" a tese sustentada na ação de que a implantação da hidrelétrica deveria ser precedida de regulamentação de dispositivo da Constituição, que prevê a edição de lei específica relativa ao aproveitamento de recursos hídricos, quando forem afetadas áreas situadas em faixas de fronteira ou terras indígenas.

Segundo a sentença, ainda que prevalecesse a tese da necessidade de edição de legislação complementar para o parágrafo 1.^o do art. 176 da Constituição Federal, tal legislação "fixaria somente, em linhas gerais, as chamadas 'condições específicas', cabendo, sim, aos estudos posteriores, nos moldes de estudos antropológicos e EIA/Rima já efetivamente realizados, apurar em detalhes os reais impactos em propor medidas de controle e redução de efeitos negativos".

O juiz Arthur Chaves reconhece a existência de impactos sobre as comunidades indígenas existentes nas proximidades do empreendimento de Belo Monte, mas considera que tal questão deverá "ser inserida no amplo espectro de medidas mitigadoras e compensatórias que deverão nortear a implementação da UHE Belo Monte".

Na sentença, Arthur Chaves reproduz trecho de voto proferido em julgamento de recurso pelo Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, para mostrar que já existe precedente reconhecendo que são válidos e adequados os programas voltados à proteção dos direitos indígenas em relação à usina de Belo Monte. As condições em que o empreendimento será desenvolvido e implementado buscam, de fato, segundo o juiz, abranger os mais amplos aspectos da garantia à manutenção do modo de vida das populações atingidas pela construção da hidrelétrica. ■

Processo n.º 25997-08.2010.4.01.3900

PIAUÍ

Aluna garante matrícula em segundo curso superior de instituição pública

▼ POR VIVIANE BANDEIRA - SECOS/PI



Em decisão do juiz federal Rafael Leite Paulo (em auxílio à 1.ª Vara Federal), expedida no dia 22 de janeiro, a Justiça Federal no Piauí deferiu pedido liminar determinando que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) efetue a matrícula institucional e curricular de estudante no curso Gestão de Recursos Humanos, embora a aluna já esteja matriculada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Embora o artigo 1.º da Lei n.º 12.089/09 impeça a ocupação simultânea de duas vagas em instituições públicas de ensino superior por uma mesma pessoa, o magistrado considerou ser juridicamente plausível o pedido liminar formulado pela estudante, que foi recentemente aprovada em 1.ª chamada do Sistema de Seleção Unificada para o curso de Gestão de Recursos Humanos do IFPI, e deveria ter concluído, no 2.º período de 2012, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais na UFPI, o que não se concretizou em virtude de atraso provocado por deflagração de movimento grevista pelos servidores das instituições federais de ensino superior em todo o país.

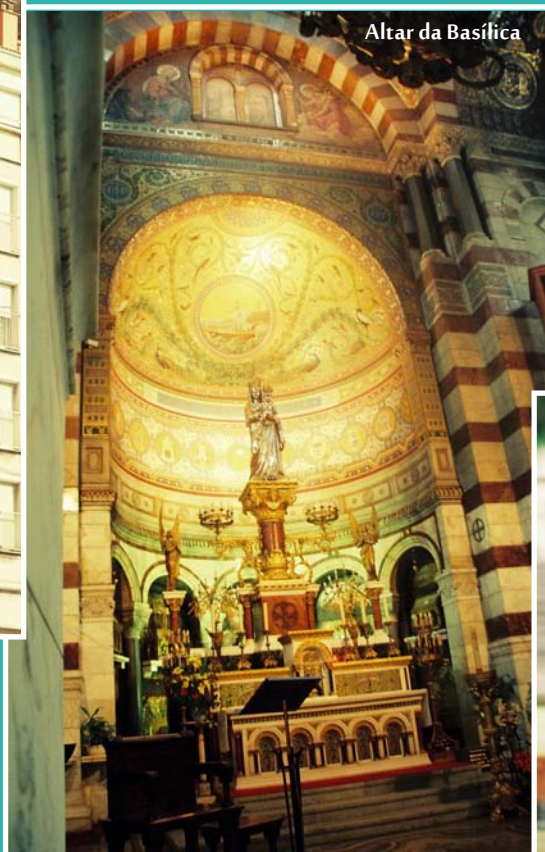
O magistrado constatou “que a impetrante é aluna matriculada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí/UFPI, conforme atestado de matrícula e se encontrava em condições de concluir o aludido curso no segundo período letivo de 2012, conforme certificado pela UFPI” e ponderou que, segundo o calendário universitário/administrativo de 2012, reformulado, e o de 2013, constantes na página da Universidade Federal do Piauí na internet (www.ufpi.br/calendario), as aulas do período letivo 2012.2 serão concluídas somente em abril de 2013, “atraso decorrente do movimento grevista deflagrado, como é de notório conhecimento, pelos servidores públicos das instituições federais de ensino em todo o País”.

Diante do exposto nos autos, o juiz federal argumentou que fica “evidenciada a ocorrência de circunstância alheia à vontade” da estudante, pelo que “se mostra razoável a matrícula da impetrante no curso de Gestão de Recursos Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/IFPI, já que constitui situação que claramente excepciona uma aplicação simplista do disposto na Lei n.º 12.089/09”. ■

Processo n.º 0001503-65.2013.4.01.4000



Pelas ruas de Marseille



Altar da Basílica



Fonte das crianças

NA EDIÇÃO ANTERIOR, VIAJAMOS PARA AVIGNON. O VENTO QUE NOS OBRIGOU A MUDAR OS PLANOS PERMANECENDO NAQUELAS TERRAS INSISTIU EM SE MANTER FORTE E MAJESTOSO. POR ESTA RAZÃO, PERMANECEMOS EM MARSEILLE. E É PARA LÁ QUE CONVIDO VOCÊ A IR COMIGO, CARO LEITOR.

▣ EUVALDO PINHO*/MC



Virgem Maria



Vieux Port

Localizada na França, Marseille é uma das cidades mais antigas da Europa e também uma das mais populosas. Além da beleza natural e histórica de sua arquitetura, chama a atenção de turistas do mundo todo por ter águas límpidas, já que é banhada e abençoada pelo Mar Mediterrâneo. As "calenques" de Marseille são verdadeiras artes da natureza e, como falarei delas em edição futura, peço licença para manter isso em "segredo" e aguçar sua curiosidade, amigo leitor!

Dois ventos são presenças marcantes na natureza exuberante de Marseille: o Mistral e o Siroco. O primeiro é frio e vem do Vale do Rhone. O segundo é quente e traz a areia procedente do Deserto do Saara.

Marcante feito os ventos, a culinária de Marseille nos convida a cometer o pegado da gula. No entanto, as pequenas porções elegantemente servidas aguçam a delicadeza dos sentidos. Peixes e frutos do mar são o carro-chefe da culinária local e entre tantos pratos apetitosos, experimentamos uma "*La Bouillabaisse*", a sopa de peixe ao molho de alho com açafrão (*La Rouille*), acompanhada de legumes e bacalhau seco e servida com pão semelhante ao *crostini*. Tudo regado a um bom vinho e muita conversa.



Forte Saint-Jean

Passeamos muito e conhecemos vários lugares charmosos. A máquina fotográfica congelou imagens de cantinhos que só andando a pé é possível descobrir, o que não é o caso dos fortes *Saint Nicolas* e *Saint Jean*. Nada discretas, estas construções são paradas obrigatórias dos turistas, já que abrigam história e têm idade bem respeitosa...

O bairro de *Le Panier* chama atenção por suas ruas estreitas e sinuosas. Desafiadora também é a subida da colina em direção à Basílica de *Notre-Dame-de-la-Garde*, construída ao estilo Romano Bizantino e dedicada à Virgem Maria do Menino Jesus, representada por uma estátua de quase 10 m de altura no alto do campanário.



Velejar é preciso



Forte Saint-Jean



Marina de Marseille

O vento que insistia em nos prender a Marseille durou o tempo exato para que nossas lembranças motivassem uma próxima visita. E ao cessar num belo nascer de sol, nos permitiu zarpar com nosso veleiro para mais uma aventura Por Ai... ■



Rastro prateado



Notre-Dame-de-La-Garde

No ritmo da dança

ALIADA DO BEM-ESTAR, A DANÇA DE SALÃO MELHORA O CONDICIONAMENTO FÍSICO E AUXILIA NO COMBATE À ANSIEDADE E DEPRESSÃO

▼ BRUNO BANDEIRA/MC

Tango, valsa, samba de gafeira, lambada. Não importa o ritmo, a dança reduz o estresse, combate a depressão, a ansiedade e melhora a capacidade e a velocidade de raciocínio. Divertida e eficaz, a dança, além de proporcionar todos esses benefícios, é uma excelente atividade física: ajuda a definir a silhueta e faz perder calorias.

Por se tratar de um exercício aeróbico geralmente feito em conjunto ou em pares, do ponto de vista físico a dança de salão auxilia na manutenção do equilíbrio, melhora a coordenação motora e contribui para manter a saúde em dia. “Há um benefício cardiovascular importante, melhorando o funcionamento do coração, baixando a pressão arterial e ajudando a prevenir doenças como diabetes tipo II, obesidade, alguns tipos de câncer, mal de Alzheimer e doença de Parkinson”, explica o especialista e presidente da Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE), Jomar Souza.

E não é clichê afirmar que a dança também revigora

o corpo e a alma. O especialista da SBMEE assegura que a dança potencializa a sensação de euforia, satisfação e prazer do praticante, colaborando ainda para a melhora da autoestima. “Esse estado a gente percebe principalmente quando a pessoa aprende um novo ritmo”, afirma Jomar.

Quem dança seus males espanta – Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) do final de 2011, cerca de 121 milhões de pessoas no mundo são afetadas por depressão e 10 milhões de brasileiros sofrem com o impacto que a ansiedade causa no dia a dia.

A dança de salão pode ter um papel fundamental para as pessoas que buscam uma qualidade de vida melhor. “É uma intervenção que ajuda no tratamento e prevenção de várias doenças, tanto físicas quanto psicológicas, a exemplo de depressão e ansiedade. Durante a dança, o cérebro libera endorfina, substância relacionada ao prazer. Com isso o corpo relaxa, e a mente interpreta essa informação como uma sensação de bem estar”, explica Jomar Souza.

**“Quanto mais rápida a música,
mais calorias são gastas”.**

Jomar Souza
(Presidente da SBMEE)

Mesmo para quem sempre praticou atividades físicas, a dança é uma janela para expressar os sentimentos e pode ser vista também como um importante componente de integração social. Foi o caso do servidor público André Gomes Velloso, 46. “Depois dos 35 anos, eu senti a necessidade de entender meu lado sentimental. Por isso fiz um mês de teatro amador e, depois, quis continuar estudando na área artística. Como eu já gostava de música, preferi aprender a dançar”, diz André que pratica dança de salão duas vezes por semana.

Concorda com André o servidor do gabinete da Presidência do TRF da 1.ª Região, Júlio César Paes de Oliveira. Para ele, a dança vai além. “Dançar é mais do que uma satisfação pessoal, é uma fuga de um cotidiano cada vez mais estressante”, garante.



ARQUIVO PESSOAL



ARQUIVO PESSOAL

Julio conta que as batidas da bateria e o som das guitarras de James Brown foram contagiantes em sua infância e que mesmo depois de adulto, apesar de todos os compromissos diários, sair para dançar é motivo de empolgação. “Hoje, mais do que antes, busco na dança de salão a diversão; a fuga das obrigações do dia a dia que fatalmente levam ao estresse; o entrosamento com as pessoas que buscam o mesmo; enfim, a magia que a dança exerce no corpo e na alma de qualquer ‘dançarino’”, afirma.

“Dançar é mais do que uma satisfação pessoal, é uma fuga de um cotidiano cada vez mais estressante”

Servidor Júlio César

O professor de dança Hélio Augusto Mendes Silva (foto) garante que a dança de salão é um importante antídoto contra a timidez, além de contribuir para as relações interpessoais. Ele é prestador de serviço no TRF da Primeira Região e acredita que foi a dança que o “curou” de alguns transtornos como, por exemplo, o nervosismo de falar em público. “Como a dança trabalha com o corpo, ela contribui para uma melhor comunicação. Os reflexos podem ser vistos diretamente na autoestima e nas relações pessoais do dia a dia. Sinto-me melhor quando danço. Saio pra dançar pelo menos uma vez por semana”, conta Hélio, que atualmente é *personal dancer* de forró e já ensinou vários ritmos em academias de Brasília.

Capaz até de mudar paradigmas, essa atividade física vem ganhando adeptos de todas as faixas etárias e os resultados são facilmente diagnosticados no trabalho, em casa e principalmente no dia a dia. ■



WWW.FORROSPRATICITE.COM.BR



INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Vivemos cercados de indicadores. Eles nos oferecem uma série de informações úteis que usamos para controlar diversos aspectos das nossas vidas. O indicador de velocidade no carro nos diz se vamos receber uma multa do radar. O indicador de tempo no pulso nos informa se estamos atrasados para o trabalho. O indicador de temperatura nos aconselha que tipo de roupa levar na viagem. Indicadores servem exatamente para isso: indicar (daí o nome!) a situação atual de um processo ou objeto a fim de tomarmos alguma decisão em relação a ele.

Nas organizações, indicadores são ferramentas de gestão. Gerenciar inclui, entre outras coisas, monitorar indicadores disponíveis, intervindo para corrigir desvios quando os indicadores apontam para resultados diferentes do pretendido.

Mas de onde vêm (ou deveriam vir) esses indicadores? Idealmente, tudo deve começar pelo Planejamento Estratégico. Ele esclarece o que a organização faz (Missão), informa o que ela espera atingir (Visão) e estabelece como vai fazer isso (Estratégia).

Os indicadores permitem que as organizações internalizem as necessidades e expectativas dos seus usuários, à medida em que essas necessidades e expectativas são (espera-se!) alguns dos fundamentos do Planejamento Estratégico. Os dados dos indicadores servem então para embasar as análises críticas de desempenho e os processos de tomada de decisão pela Alta Direção.

É na Estratégia do Planejamento, associada a Objetivos e Metas, que começam a aparecer os primeiros indicadores, os Estratégicos. São eles que vão indicar se as Metas estão sendo alcançadas, os Objetivos estão sendo atingidos, e, conseqüentemente, se está se chegando perto do que se esperava, a Visão.

Mas os indicadores também não servem só para acompanhar o Planejamento Estratégico. Muito pelo contrário, eles podem servir para todos os níveis hierárquicos da or-

ganização. O que muda de um nível para o outro é apenas o escopo daquilo que o indicador acompanha e quem é responsável por eles.

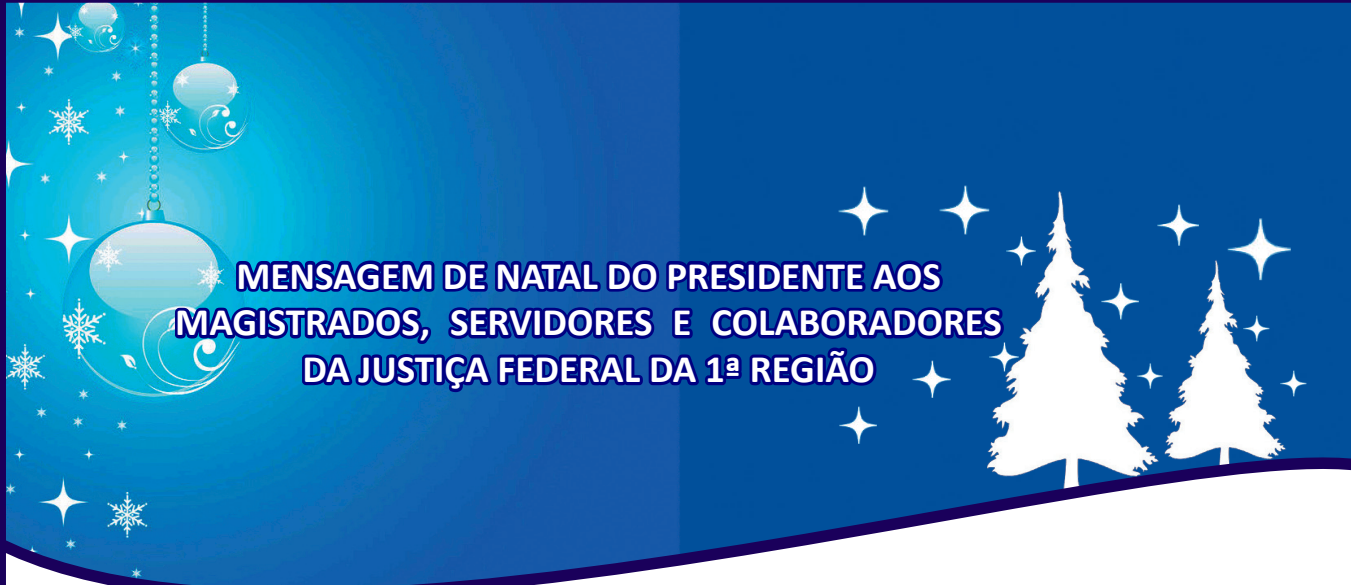
Para bem cumprir seu papel, os Indicadores devem possuir algumas características desejáveis: ser representativo de aspectos essenciais daquilo que mede (dieta = peso, não caloria), ser simples (38°C = febre), ser estável (permite a construção de séries históricas), ser rastreável (de onde veio isso?), ser confiável (mas às vezes é melhor ter um dado não-confiável do que dado nenhum), ser barato e ser comparável interna ou externamente (dentro da organização ou entre organizações).

A definição exaustiva de indicadores de todos os tipos e em todos os níveis da organização de nada serve se eles não forem efetivamente implementados, monitorados e aferidos. Isso quer dizer que os indicadores devem ter associados a eles (a cada um deles) um Plano de Implementação e Monitoramento que informe o que ele mede, quem mede, quando mede, por que mede, como mede, etc. (ferramenta 5W2H ou 4Q1POC, para usar um pouco de jargão!).

A aferição é a reunião, avaliação e análise dos indicadores e a(s) ação(ões) que deve(m) ser tomada(s) a partir deles. A aferição deve ser uma instância de acompanhamento periódico, envolvendo a alta Direção, os responsáveis pelos processos ou produtos e demais interessados ou envolvidos. Outro nome para essa instância de acompanhamento é Reunião de Análise Crítica.

Finalmente, como ter tudo isso? Uma boa maneira é por meio de uma oficina de elaboração de indicadores de desempenho institucional. Usa-se uma metodologia para definir os indicadores, formalizando o caminho Visão → Objetivo → Indicador → Meta → Monitoramento → Aferição. ■

*Técnico judiciário, graduado em Ciência da Computação, supervisor da Seção de Informática (Seinf) e coordenador do Comitê Gestor Interno do Programa Gespública na SJ/MA



**MENSAGEM DE NATAL DO PRESIDENTE AOS
MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**Caros magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários,
Ao nos aproximar do final do ano, temos grata oportunidade de juntos
confraternizar e comemorar o nascimento de Jesus Cristo.**

**É oportunidade também de juntar nossas vozes e, em uníssono, renovar os
sentimentos de fé e esperança; de agradecer os desejos realizados durante o ano.**

**Momento em que Deus se faz mais presente em cada oração em família, em
todos os lares e aqui nesta Casa de Justiça; momento propício para a reflexão sobre
o aprendizado do ano que se encerra, fortalecendo o espírito para desafios futuros,
de busca de novos sonhos, de razão para sermos felizes de verdade.**

**Em abril iniciamos nossa administração, inspirados no exemplo cristão de
valorização das pessoas, voltando nossa atenção para magistrados, servidores e
colaboradores, profissionais que nos apoiam com comprometimento e entusiasmo
e que muito nos auxiliam a superar as dificuldades trazidas pela complexidade de
dirigir um Tribunal de dimensão continental.**

**Gostaria, portanto, de registrar nosso reconhecimento a todos, pela dedicação
à causa da Justiça, augurando que, no porvir, possamos sentir a presença de Deus a
nos inspirar para a paz, o amor e o perdão, afastando de todos nós o pensamento de
desesperança e de descrédito, reforçando a nossa fé em dias melhores.**

**Que os sonhos de hoje, em breve, se transformem em realidade; que o Espírito
Santo possa brilhar nos corações de todos, trazendo a luz da sua glória, revelando a
esperança de que o amor pregado por Jesus Cristo é verdadeiramente o caminho que
nos conduz à felicidade.**

Um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações!

*Desembargador Federal Mário César Ribeiro
Presidente*



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br